



REUNIÃO DE DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

(CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE)

--- Aos dois de dezembro de dois mil e dezanove reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Mário Filipe Soares Rodrigues, estando ainda presentes Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento, do PPD/PSD e Roberto Paulo Ferreira Vieira, Deputado Independente, como Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Confiança** - António José Gouveia Gomes (PS), Celina Maria Nóbrega Ferreira Freitas (PS), Egídio Paulo Caires Fernandes (BE), Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS), Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS), Igor Davide Ribeiro Andrade (BE), João Inácio da Silva Abreu (PS), João de Meneses da Costa (BE), José António de Faria Castanha (PS), José Gabriel Pereira Oliveira (PS), José Juvenal Nunes Rodrigues (PS), José Manuel Domingos Sebastião (PS), José Rodolfo de Sousa Alves (PDR), Maria Elisa Rosa Albergaria Seixas (PS), Marta Luísa de Freitas (PS), Micaela Gomes Camacho (PS), Miguel Alexandre Palma Costa (NC), Nicodemo Balona Gouveia Câmara (PS) e Rubina Andreia Silva Abreu (PS). -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – Alexandre Miguel Carvalho da Silva, Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, Bruno Miguel Barroso Moura Melim, Bruno Miguel Velosa F. P. Macedo, Carlos André Camacho Alves, Fábio Dinarte Costa Bastos, Francisco Ilídio Reboło de Castro, João Paulo Pereira Marques, José António de Freitas Rodrigues, José Jorge Andrade Camacho, Luís Jorge Gonçalves de Freitas, Maria Idalina Fernandes Silva, Raquel João Martins da Silva, Rui Carlos Martins Tem-Tem e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte Soares Coelho. -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Isabel Cristina Pereira da Costa Rodrigues.-----

--- **Grupo Municipal do PTP** – Raquel da Conceição Vieira Coelho.-----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Herlanda Maria Gouveia Amado.-----

--- **Grupo Municipal do JPP** – Orlando Manuel Henriques Fernandes.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, da Senhora Vice-presidente Idalina Perestrelo Luís e dos Senhores Vereadores Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Bruno Ferreira Martins, João Pedro Mendonça Vieira, Rúben Dinarte Silva Abreu, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva Afonso, Paula Freitas Menezes e Ana Rita Senusson Valente Machado de Oliveira Gonçalves.-----

--- Esteve ausente a Senhora Vereadora Rubina Maria Branco Leal Vargas, do PPD/PSD.

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- Verificada a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** abriu a sessão informando que a pedido do Departamento de Informática da Câmara Municipal do Funchal, tem havido problemas no envio de mensagens pelo correio eletrónico para endereços hotmail.com e outlook.com, pelo que não é possível garantir que todas as mensagens dirigidas aos destinatários daqueles serviços de email sejam entregues, pelo que solicitam que, se possível, os Senhores Deputados Municipais, indiquem outro endereço eletrónico.-----

Posto isto, deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, que solicitou pedidos de esclarecimento sobre o **Ponto 8 – Apreciação e votação da Proposta de Orçamento - 2020, de acordo com o disposto**



na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09, e o Ponto 9 - **Apreciação e votação das Opções do Plano - 2020, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09**, apresentados na Sessão Ordinária de vinte e cinco de novembro de dois mil e dezanove, dizendo: “Este é um momento importante para o Município do Funchal, para os munícipes e para a vida do Município. Reflete aquilo que nós pretendemos para o futuro da cidade. Agora, muito se tem especulado sobre a votação deste Orçamento municipal e eu quero reafirmar e sublinhar aqui hoje, que a posição do CDS não é responsável pelo seu provável chumbo nesta Assembleia Municipal. Porque a Coligação Confiança escolheu os seus parceiros, que são legítimos no sentido de dialogar e de escolher os parceiros estratégicos, para a possível viabilização deste Orçamento. Quero reforçar que do CDS tem somente 3 Deputados Municipais e o PSD 17 Deputados Municipais. Ora, o Grupo Municipal Confiança tem: 3 Deputados Municipais do Bloco de Esquerda, que procurarão estabelecer pontos de ligação com os mesmos, uma Deputada Municipal do PDR, procurarão dialogar, concertar, falar com essa deputada que escolheram para a Coligação, poderão colocar como convergência estratégica e estabelecer diálogo com o Deputado Municipal do NÓS, Cidadãos!, poderão, também, colocar estrategicamente o diálogo e a concertação com a Deputada Municipal do PTP, procuraram estabelecer diálogo e concertação com o Deputado Municipal do JPP e procurarão estabelecer diálogo e concertação com o Deputado Municipal Independente desta Casa. Portanto, de facto quando se fala que a responsabilidade política do veto deste Orçamento municipal é do PSD e do CDS, é mentira. Procure estabelecer pontes com os seus coligados e com os seus associados para viabilizar este Orçamento municipal.-----
Falando do Orçamento municipal, quero dizer o seguinte: esta Câmara em 2017 aumentou 2,5 milhões de euros relativamente ao orçamento inicial, o saldo de gerência de 2016 que transitou para 2017, cifrou-se em 2,9 milhões de euros, de receita de capital do POSEUR,

3,1 milhões de euros foram Fundos Comunitários que em 2017 esta Câmara não utilizou para obras municipais a favor dos munícipes, e mais grave, é quando se diz que não se pode devolver IRS. Então, vejamos este caso: em 2017, a Câmara cobrou de juros de mora de IMI e de IMT aos munícipes do Funchal 1,2 milhões de euros, quem diz que não tem receita fiscal, e que não tem dinheiro para distribuir riqueza a pessoas que merecem, está a ser mentiroso para com os munícipes do Funchal. Juros de mora não é receita de IMI nem de IMT, é cobrança coerciva aos munícipes do Funchal de 1,2 milhões de euros, ora, aqui está uma falácia deste Orçamento municipal para 2020. Senhor Presidente da Câmara, transmita a verdade aos munícipes e aos deputados municipais, de que havia condições para distribuir riqueza a nível do IRS, que havia condições, por exemplo, para os tais 22 fogos na Nazaré, para construir a tal habitação social que V. Exas prometeram e que até ao dia de hoje está a zero, o tal Hotel Social que foi tão proclamado e divulgado na Estratégia Local de Habitação. -----

Portanto, o CDS nesta matéria quando se fala de Orçamento é claro e conciso. Explique como é que tem 1,2 milhões de euros de receita de juros de mora e depois não tem dinheiro para distribuir ao Funchal? -----

O Funchal apresentou sempre resultados positivos, por isso o CDS é pela redução da carga fiscal, o CDS não é poder e não faz como o PS que procede nesta Casa aprovando propostas que depois nunca são colocadas em prática. -----

O atual Presidente da Câmara diz que a Câmara tem assegurado resultado positivos na gestão financeira, ora, confirmando nas suas declarações, de facto a Câmara anuncia que agora quer contrair um empréstimo de 3 milhões de euros, sabem qual é a despesa de saldo de conta corrente de pessoal de 2019 para 2020, um aumento de 10% de custos com pessoal. É curioso porque essa rubrica tem a ver com a contração do empréstimo que nós contraímos aqui, de 3 milhões de euros. -----

Senhor Presidente da Câmara gostaria também de saber a situação do fluxo de caixa de 2016, o fluxo financeiro do ano de 2016 da Câmara Municipal do Funchal rondou 1,6 milhões de euros. Existe, ou não, dinheiro nesta Câmara? -----

Mais, subsídios refletidos com as contas de 2019, no ano de 2019 foi distribuído para as empresas municipais e empresas públicas, 450 milhões de euros. No ano de 2018, 18 mil 867 euros, o que quer dizer com isto? Está a baixar os subsídios às empresas municipais? Tem a ver com a Frente MarFunchal? O Senhor Presidente tem que explicar aqui, porque é que reduz de meio milhão de euros para 18 mil euros, essa distribuição de subsídios refletidos nas contas de 2019. -----

A receita corrente aumentou de 2019 para 2020 em cerca de 1,5 milhões de euros, o Senhor Presidente da Câmara tem dinheiro para investir. O Senhor Presidente coloca investimento para 2021/2022, está a assumir aqui, que não vai fazer obra em 2020, mas tem dinheiro para distribuir e para fazer obra em 2020. -----

Receita de capital no ano de 2020, 10,5 milhões de euros, eu quero explicar às pessoas que às vezes fala-se de política e não se fala tecnicamente nas coisas, o passivo considera-se aqui receitas provenientes de emissão de empréstimos, ora o Senhor Presidente da Câmara está a querer dizer que o Orçamento municipal de 2019 para 2020 aumenta com base no empréstimo de 10,5 milhões de euros. Ora, o que está a fazer é aumentar a dívida para a frente e o aumento para a frente, mas face àquilo que eu pretendo fazer para 2020 vou fazer com base nesse empréstimo. Mais o Senhor Presidente da Câmara critica o Governo Regional e a gestão financeira de transformar dívida comercial em dívida financeira, ora este Município está a fazer o mesmo, transforma a dívida comercial em dívida financeira. O Senhor Presidente assume então que essa é uma atitude de boa gestão e uma boa prática financeira aqui nesta Assembleia? É que o Senhor Presidente da Câmara está a copiar o que o Vice-presidente do Governo Regional, Pedro Calado, fez, transformou

a dívida comercial em dívida financeira, portanto está a copiar o melhor exemplo que tem da gestão publicado do ponto de vista do Governo para esta Casa, transformando a dívida comercial para pagar a fornecedores e depois vai à banca contrair empréstimos. Portanto Senhor Presidente, assume que este é o melhor modelo financeiro que pode ter para esta Casa e para a Câmara Municipal do Funchal? -----

O Senhor Presidente da Câmara pode transmitir tudo o que quiser nesta Casa, mas tem condições para distribuir melhor riqueza à cidade do Funchal, porque tem receitas para distribuir e não distribui essa receita, tem verbas para distribuir e não distribui, tem habitação social para construir e não constrói, à custa do CDS tem o Cartão Eco Funchal que nunca executou. -----

O Senhor Presidente da Câmara sabe que tem promessas do CDS que nunca cumpriu, cumpriu uma delas, que foi a das creches, mas relativamente à causa da legalização das casas de génese ilegal, coloca-a novamente no Orçamento para 2020, mas em 2019 já lá estava e a sua execução foi zero, o Cartão Eco Funchal estava no Orçamento de 2019 e coloca-o em 2020, e a execução foi zero. Portanto, Senhor Presidente da Câmara, gostaria que me esclarecesse para depois fazer a minha intervenção final relativa ao Orçamento.”

- INTERVENÇÕES: -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Marta Luísa de Freitas, do GMC**, interveio dizendo: “Hoje votamos um Orçamento que é o maior da década que ascende 107,7 milhões de euros. Este é um Orçamento fruto de uma política pública, responsável, de uma equilibrada e rigorosa gestão financeira e que hoje permite apresentar um conjunto de projetos de investimentos muito importantes para os funchalenses. -----

Quando esta Coligação iniciou funções neste Município, herdou um passivo de mais de 100 milhões de euros e graças à boa gestão financeira desenvolvida ao longo dos últimos anos, progressivamente foi reduzido para menos de 35 milhões de euros, conforme foi constatado

na última Consolidação de Contas que foi apresentada nesta Assembleia, e projetamos mais 15 milhões de euros de redução para 2020, uma descida de 32,1% em relação a 2019. Este resultado tem permitido um crescimento da confiança dos funchalenses, da confiança dos fornecedores e das instituições financeiras, permitindo ao Município do Funchal um pagamento atempado aos fornecedores e a contratação de empréstimos junto à banca em condições muito vantajosas. As condições criadas permitiram agora apresentar um Orçamento de mais de 107,7 milhões de euros, ou seja, mais 11% em relação a 2019, mais 10,4 milhões de euros em relação ao passado ano, contemplando um plano de investimentos que inclui um conjunto de projetos orçados em cerca de 32 milhões de euros, destinando 19 milhões de euros para funções sociais. -----

Olhando mais atentamente, podemos ver que para 2020 a receita corrente é de 75,9 milhões de euros, correspondendo a 70% do orçamento e a despesa corrente de 68,9 milhões de euros, ou seja, 64% do orçamento, o que quer dizer que à uma poupança de 7,3 milhões de euros direcionada para investimento municipal, o que torna evidente a previsão de uma excelente gestão e consequente subida do investimento municipal. -----

Foco ainda, que mais de metade da receita provém de bens e serviços correntes na ordem dos 26,4 milhões de euros, mais 13% em relação a 2019. Também de impostos indiretos, mas que comparativo a 2019, vê-se um decréscimo de menos 6% nestes impostos. No que respeita à despesa, prevê-se um grau de cobertura de 111%, mais 11% para 2020, assim, na despesa corrente para 2020 estão inscritos mais 10% com despesa com pessoal, 3,3 milhões de euros, que são para reforço em vários setores e unidades orgânicas, como a admissão de novos trabalhadores decorrente do alargamento do mapa de pessoal. Menos 4% na aquisição de bens, esta poupança foi permitida através de medidas para redução do consumo energético e racionalização da frota automóvel, em menos 37%, tendo menos 37% em juros a outros encargos. Ainda nas transferências correntes podemos observar um

acrécimo no apoio às famílias, mais 18%, mais 4,5 milhões de euros, deste modo, 2,8 milhões de euros para fundo de investimento social, mais 0,7 milhões de euros para a aquisição de livros e manuais escolares para o ensino básico, alargando para o 3º ciclo e mais 1 milhão de euros para bolsas de apoio ao ensino superior. Ainda nos passivos financeiros poderemos contar com a amortização de empréstimos de médio e longo prazo na ordem dos 3,9 milhões de euros, menos 4% face a 2019. -----

Este Orçamento para 2020 reflete sem dúvida um equilíbrio financeiro que permitirá o foco em vários eixos: sustentabilidade ambiental, equidade e justiça social, reabilitação urbana e inovação, onde saliento uma política fiscal que tem sido continuamente feita em benefício dos trabalhadores e das famílias, com uma taxa de IMI mais baixa do País, continuidade do IMI Familiar e uma maior devolução do IRS para metade da comparticipação que o Município recebeu no período anterior. E destaco de entre os vários projetos anunciados para 2020: 7,3 milhões de euros em novas infraestruturas, reparação e substituição de redes de águas pluviais e saneamento básico e ainda a recuperação e ampliação da ETAR do Funchal, 5,3 milhões de euros para redução de perdas na rede de distribuição de água potável, renovação e programa de controle das fugas e relembro a implementação de um novo sistema para controle de fugas de água, 2,8 milhões de euros para manutenção, renovação e recuperação de bairros sociais, destacando-se aqui a renovação de 30 fogos na Quinta Falcão e relembro o investimento que tem sido feito neste Município na habitação, tem sido esta entidade que mais contribuiu nestes últimos tempos para além das 730 famílias que são apoiadas pelo subsídio social de arrendamento, e muitas mais condições serão criadas às famílias carenciadas como estão plasmadas na Estratégia Municipal para Habitação. Aliás, a única estratégia conhecida aqui na Região, deve de ser por isso que o Governo Regional não quer dialogar com este Município, porque, para além de ser centralista, não tem dados, nem registos, nem estratégia para a habitação, é uma



desorganização total e que agrava com esta dança de cadeiras. -----

Ainda há mais 941mil euros na melhoria do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos, mais 4,5 milhões de euros no apoio em livros e manuais escolares do ensino básico, como aqui já foi referido, alunos do ensino universitário, apoio às famílias em matéria de natalidade, medicamentos entre outros apoios sociais. Digo mais, 925 mil euros para a cultura e desporto, 545 mil euros para proteção do meio ambiente e conservação da natureza, mais 146% em relação a 2019, 1,6 milhões de euros para florestas e espaços verdes. Para funções económicas, um investimento de 5 milhões de euros, sendo 3 milhões para construção de novas acessibilidades de caminhos, travessas e veredas, reparação de pavimentos de beneficiação de rede viária. Investimento também, na área de proteção civil e luta contra incêndios no valor de 4 milhões de euros, sobretudo para a aquisição de viaturas e equipamentos, planos de prevenção e combate a incêndios e empreitadas e consolidação de escarpas. Ainda a criação de áreas de reabilitação urbana onde surgirão em 2020 novas áreas em São Roque, Imaculado Coração de Maria e Santa Maria Maior que trarão benefícios fiscais e isenções fiscais, bem como acesso a financiamento mais vantajoso. -----

Hoje o Funchal é referencia nacional na reabilitação urbana com mais de 100 edifícios já reabilitados, recorde até, que na passada semana aprovou-se nesta Assembleia uma medida que vem beneficiar os contribuintes do Município do Funchal, através da devolução de 3 milhões de euros em IRS, mas também relembro que também foram 4 milhões de euros chumbados pelo PSD, CDS e JPP e que poderiam passar para as famílias.-----

Enfim, só posso concluir que este Município apresenta um rigor orçamental e uma estratégia que não olha a cores políticas, e que se foca somente na missão de estar ao lado de todos os funchalenses que vivem e trabalham nesta cidade, respondendo às suas necessidades. Esta é uma prioridade política deste Executivo que tem sido nesse sentido,

o esforço desta Câmara de apoiar todas as famílias incluindo as da classe média, permitindo melhoria na qualidade de vida e reduzindo paralelamente os seus constrangimentos financeiros. -----

Votar contra este Orçamento é ignorar este real apoio para as famílias e para os trabalhadores, porque não vale a pena jogarem areia para os olhos dos funchalenses, não vale a pena desinformarem porque este Executivo já tem provas dadas da sua competência no verdadeiro apoio às famílias, e na construção de uma cidade mais inclusiva e reparada para as futuras gerações. -----

Considero que na política não vale tudo. Os interesses partidários não podem sobrepor-se aos interesses dos funchalenses, só a cegueira política de alguns os pode fazer afirmar que este Orçamento não é positivo, equilibrado, sustentável e com a ausência de um conjunto de projetos estruturantes para a cidade do Funchal. Das frentes políticas da oposição, temos assistido à crítica constante e permanente à ação desta autarquia, curiosamente esta mesma ação tem sido premiada e reconhecida por entidades externas e independentes. Recentemente o Funchal foi eleita a melhor cidade para se viver e evolui em termos de bem-estar e qualidade de vida, subindo 10 posições no ranking, a maior do País. Só uma premeditada intenção deste bloqueio por razões meramente políticas fará com que este Orçamento não seja aprovado, condicionando e inviabilizando um conjunto de medidas de muito interesse para a generalidade dos funchalenses. -----

E termino questionando, Senhor Presidente, como consegue gerir um Município com um PSD que nunca devolveu impostos às famílias, que criou avultadas dívidas e que agora continua a prejudicar seriamente o retorno financeiro às famílias e o pagamento da dívida? Como consegue fazer a gestão com um PSD e CDS que nada contribuem para o crescimento desta cidade, e que apenas estão focados em asfixiar o Município do Funchal criando despesa e retirando receita, não olhando a meios e interesses da população? -----



Como consegue fazer a gestão deste Município com uma coligação negativa do PSD e CDS, que está obcecada em prejudicar os Municípios que não são da sua cor política e que recusa qualquer diálogo?” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** transmitiu: “É fundamental, decorrida que se encontra a tão apregoada fase de consolidação orçamental e redução da dívida, apostar de forma objetiva na redução da despesa e contemplar de forma clara as propostas apresentadas nesta Assembleia Municipal pela oposição. Por outro lado a Coligação Confiança esquece, continuamente, que não detém nesta Assembleia Municipal a maioria de votos de forma a poder e a fazer aprovar todas as suas propostas, tal esquecimento, ou propositada falta de memória, pese ainda alguma prepotência, leva a que continuamente, apesar dos alertas dos restantes partidos e nomeadamente do Juntos Pelo Povo, também eleitos democraticamente pelos funchalenses, a ignorar as propostas apresentadas por todos os partidos que visam sempre contribuir por um Funchal melhor. Aliás, notamos que o GMC pouco ou mesmo nenhum trabalho apresentou, limitando-se única e exclusivamente a defender e votar favoravelmente as propostas apresentadas pela maioria camarária, como se esta fosse a única e exclusiva detentora de toda a capacidade de determinar o que está bem para a cidade e para os funchalenses. -----

Assim sendo, entendemos que o Orçamento e o Plano de Atividades apresentado pelo executivo, liderado pelo Presidente Miguel Gouveia e por ele apresentado, peca por não contemplar as propostas apresentadas e aprovadas nesta Assembleia, nomeadamente as apresentadas pelo JPP, com especial ênfase na realização à auditoria à Empresa Municipal Frente MarFunchal, alargamento do estacionamento junto do Jardim Botânico e em especial aos doentes oncológicos residentes no Funchal e deslocados do seu espaço, etc., etc. -----

A não aceitação da realização da auditoria à Empresa Municipal Frente MarFunchal, decisão que o JPP levará até às últimas consequências, e a constante injeção financeira na dita empresa, consubstancia um resguardar de algo que não entendemos e que nos preocupa e deve preocupar todos os funchalenses, aliás, os últimos rumores apontam para a integração daquela empresa no Município, como se tal atitude colocasse fim ao objetivo do JPP, ou seja, à realização da referida auditoria da qual nunca abdicaremos. Se dúvidas existiam, tal atitude agora vem colocar num patamar muito superior às nossas dúvidas, por outro lado, e depois de tantas promessas, mas sem concretização relativamente à Frente MarFunchal, desafiamos o Presidente Miguel Gouveia, a tomar hoje as seguintes atitudes:

- Propomos uma interrupção nesta Assembleia. -----

- Apresentar um compromisso escrito, dado que o verbal já não é contemplado, assinado por todos os vereadores, em que a auditoria externa à Frente MarFunchal se iniciará no prazo máximo de 30 dias.-----

- Que reconheça a existência da Comissão Eventual de Acompanhamento à Auditoria da Empresa Municipal Frente MarFunchal, já constituída e em funcionamento, que foi aprovada nesta Assembleia com toda a legitimidade democrática, não colocando nenhum entrave ou obstáculo ao normal acompanhamento da referida auditoria. Tal como já dissemos anteriormente, sabemos da impossibilidade de tal atitude por parte do Executivo, no entanto, não deixamos de o desafiar. -----

Caso tal não aconteça, só me resta votar o que sempre tenho defendido: responsabilidade, honestidade e transparência. Por outro lado, só nos resta aconselhar o Município a reformular as suas opções e conseqüentemente o Orçamento, de forma a que o mesmo possa merecer o nosso apoio. Já demos a conhecer, há muito, as nossas reivindicações, pelo que só nos resta que as mesmas sejam aceites e colocadas em prática.-----

Sem vermos estes temas plasmados não votaremos favoravelmente o Orçamento e Plano

para 2020, o que lamentamos profundamente, pois é nosso apanágio que a Câmara Municipal do Funchal, possa prosseguir a sua normal gestão sem recurso ao sistema orçamental do ano anterior. -----

Por último, manifestamos uma vez mais, o nosso total desacordo com a criação de um Corpo de Polícia, pois não vemos mais valia que justifique o seu elevado investimento, verba que poderá ser canalizada para fins sociais mais relevantes. Concordamos com o acordo entre os corpos de Polícia existentes no Município, PSP e GNR, certamente com maior eficácia e menor custo.-----

Lamentamos também que o Executivo municipal teime em não apresentar a esta Assembleia, o Regulamento de Ocupação do Espaço Público Municipal há vários anos na gaveta, não se sabe de quem, nem com que objetivos. A total anarquia que se vive no espaço público municipal, é por demais evidente e criticado pelos funchalenses e pelos que nos visitam, de quem dependemos financeiramente, agora, só nos resta aguardar pelas atitudes do Executivo depois das propostas apresentadas e dos documentos pedidos.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa F. P. Macedo, do PPD/PSD,** disse: “Em primeiro lugar, convém esclarecer que o PSD não vai votar contra este Orçamento de ânimo leve, pelo contrário, vai votar contra, pelas razões que nós vamos aqui indicar. Mas há uma coisa que o PSD não faz nem nunca fará, é que não vota contra os documentos sem os ler, como o Partido Socialista costuma fazer. -----

O PSD reconhece a importância deste documento, mas não desistiu de tentar democraticamente fazer valer os seus pontos de vista. Convém também esclarecer que não foi o PSD que mentiu à população, que deixou a cidade refém durante dois anos há espera que um Senhor saísse da Câmara. Não foi o PSD que implodiu com duas coligações, nada disto pode ser atribuído ao PSD. Talvez o nervosismo que existe agora na Câmara Municipal, possa explicar as atitudes, por exemplo, da primeira parte desta

Assembleia na passada segunda-feira, atitudes que mostram bem determinados comportamentos e o comportamento que o Senhor Vereador João Pedro Vieira teve, não foi de certeza absoluta o mais correto.-----

Mas convém também dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que é um pouco deselegante destratar alguns Deputados Municipais quando eles no passado foram-lhes bastante úteis, como aconteceu aqui na passada segunda-feira, aliás em alguns casos nos últimos seis anos quando foi preciso aprovar o Orçamento, os Deputados Municipais desta Casa não eram catalogados de caloiro, não eram catalogados de pouco inteligentes e até percebiam tudo à primeira. Nos últimos seis anos os Deputados Municipais eram quase todos eles excelentes, porque não faziam perguntas incómodas, agora que as fazem deixaram de ser bons Deputados Municipais.-----

Há aqui uma certa falta de solidariedade e uma ingratidão política, a todos os títulos, gritante. É por isso que também não se percebe, nem aqui, nem lá fora, porque é que este executivo da Câmara estava à espera do PSD para aprovar este Orçamento. Até porque já no ano passado não tínhamos votado a favor este Orçamento, porque as nossas ideias não estão nele presentes e nós tínhamos ideias bem definidas em relação ao IRS e à questão da DERRAMA.-----

Mas, nós então percebemos esta tentativa de passar a responsabilidade para nós, como se fosse o PSD o responsável por apresentar o Orçamento nesta Casa, mas não é o PSD que o tem que apresentar, porque se fosse o PSD a apresentá-lo, este seria de natureza muito diferente daquele que está aqui a ser discutido. Ora bem, o PSD representa 17 em 43 Deputados Municipais nesta Assembleia, por isso não nos passem a responsabilidade do chumbo deste Orçamento, porque não é o PSD que está aqui em causa, é a Câmara Municipal que está em causa, porque é esta que tem que fazer passar o seu Orçamento.- O PSD fica de alguma forma chocado quando alguns Presidentes de Junta de Freguesia,



tentam assustar outros Presidente de Junta de Freguesia a dizer que se o Orçamento não for aprovado, que vai acontecer não sei o quê nas Juntas de Freguesia, porque vão ficar sem dinheiro, como se os nossos Presidente de Junta de Freguesia fossem alguns caloiros e fossem acreditar nessa conversa, como pareceu que o Senhor Guido Gomes queria que eles acreditassem. -----

Não só o lobo mau não vem aí, como os apoios sociais não vão acabar, as Juntas de Freguesia não vão fechar e não vai ficar tudo parado como andam por aí a dizer, aliás se ficar tudo parado, têm uma solução, saiam, é simples e resolve-se o assunto. -----

Nós entendemos também, que toda a referência feita aqui pelo Executivo municipal e pela bancada municipal que o suporta, seja ao PSD, vocês olham para nós com orgulho e dizem: vocês são aqueles que nós queremos combater. A vossa referência é sempre o PSD, é uma fixação e obsessão doentia pelo PSD, porque é isto que vos permite, de alguma forma, continuar a atirar areia para os olhos das pessoas quando não fazem nada, a dizer que a culpa é do PSD. Por isso, o PSD continua a ser para vós aquilo que nós consideramos, como já referi, a tal obsessão. Se o PSD fazia bem vocês dizem: *nós também fazemos*. Se o PSD não fazia vocês dizem: *o PSD não fazia, nós agora fazemos*. Se o PSD fazia alguma coisa que não era boa vocês dizem: *o PSD fazia, mas agora nós não fazemos*. Portanto, todo o vosso critério, toda a vossa ação baseia-se naquilo que é o PSD e naquilo que o PSD fez e andamos nisto como se os tempos fossem de alguma forma comparáveis, ou seja, vocês olham para as governações do PSD de 1980, de 1990 e de 2000 e dizem vocês faziam isto, faziam aquilo e faziam aquele outro, mas as prioridades dos anos 80, dos anos 90 e dos anos 2000 são muito diferentes daquelas que são as prioridades do ano de 2019, e essas, para 2019, estavam de facto muito bem definidas no Orçamento que vocês apresentaram de 97 milhões de euros para este ano, que falava do Matadouro, do Parque Ecológico, do fim do Amianto, da Felisberta, da Estação do Monte, das perdas de água, de

contratação de bombeiros, das estradas, mas continua quase tudo por fazer. E agora este é anunciado como o maior Orçamento da década em publicidade de jornal, para logo de seguida ser contrariado no próprio jornal, a quem pagaram para fazer a publicidade, para comprovar que tudo não passa de um plano de intenções. É por isso que o PS tem que assumir as suas responsabilidades, tal como o PSD assume sempre as suas responsabilidades. -----

Nós somos coerentes com as nossas posições, nunca escondemos que queríamos devolver o IRS e impedir a DERRAMA por exemplo, tal como nunca escondemos que o nosso projeto para o Funchal é diferente do vosso, porque quem não é coerente é o PS e a sua aparente boa gestão financeira, que não devolvo o que pode devolver e que ainda quer triplicar o que suga às empresas do concelho. Quem não é coerente é o PS que fala em coligações negativas, quando negativas são as que o próprio forma e que acaba em implodir. Quem não é coerente são aqueles que não fazem o seu trabalho à espera que os outros o façam por eles, e para isso nós não estamos disponíveis. O PSD não está disponível para um Orçamento à Partido Socialista, maravilhoso no mundo da propaganda, maravilhoso no mundo das intenções e onde acaba cativado e com os serviços a cair aos bocados. -----

Connosco não contam.” -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** transmitiu: “**Senhor Deputado Municipal Bruno Macedo**, em primeiro lugar permita-me dizer que não seria a primeira vez que já felicitei alguns Deputados Municipais pela qualidade das intervenções, nomeadamente da bancada do PSD. Já afirmei aqui, até com alguma saudade as discussões que tinha, que eram tecnicamente profundas em Orçamentos anteriores, dado que este é o meu sexto orçamento, com o Deputado Municipal Rui Cortez do PSD, que tecnicamente era uma pessoa que sabia daquilo que falava apesar de divergirmos muitas vezes no conteúdo. ---



Mas respondendo às suas questões, falou sobre os Orçamentos à PS e uma eventual mentira que pudesse existir quando falamos que este era o maior Orçamento da década. Fiquei um pouco preocupado e fui ver aquilo que nós fizemos em reunião de Câmara quando esta Câmara aprovou o Orçamento, e é um facto inequívoco, a Câmara aprovou o Orçamento no passado 31 de outubro do corrente ano, e na altura dissemos que foi o maior Orçamento da década, com exceção de 2011 e eu estava à espera que os Senhores Deputados falassem do Orçamento de 2011, que é um Orçamento à PSD. -----
Então vamos ver o que é que constava no Orçamento de 2011 à PSD, feito pelo atual Vice-presidente do Governo Regional, de 108 milhões de euros, que V. Exas diziam que era o maior da década e que logo à cabeça contempla: 6,2 milhões de euros de contratos programa, que atualmente a pessoa que fez este Orçamento diz que não pode fazer com o Município do Funchal, porque não quer que a Câmara do Funchal brilhe com o dinheiro do Governo Regional, no entanto, está aqui 6,2 milhões de euros quando ele geria esta Câmara. Mais, este Orçamento de 2011, inclui os 5 milhões de euros de IRS que o Governo Regional também, na Secretaria deste mesmo Senhor Vice-presidente do Governo Regional, mas na altura Vereador com o pelouro das finanças, inscreveu aqui também 5 milhões de euros, que atualmente tem-nos cativo nos cofres da Região e finalmente como não poderia deixar de ser, mais uma terceira, já vamos em 11 milhões de euros de inscrições neste Orçamento feitas pelo Vereador na altura, Pedro Calado. Também foram inscritos 9 milhões de euros de dividas da Empresa de Eletricidade à Câmara do Funchal, que atualmente quando mandamos cobrar, o atual Vice-presidente que tutela a Empresa de Eletricidade, mandou para Tribunal. Estamos aqui a ver a coerência de um Orçamento à PSD. Um Orçamento fictício, maquilhado e empolado. -----
Este Orçamento é com toda a honra o maior e melhor da década e o mais equilibrado e o mais justo.-----

Obviamente Senhores Deputados Municipais, para vocês era melhor até que nem se lembrassem deste Orçamento de 2011, que demonstra a incoerência total do PSD. -----

Senhor Deputado Municipal Orlando Fernandes, fica-lhe mal a chantagem que aqui fez ao povo do Funchal, pretendendo que os Vereadores assinem um acordo. -----

A única proposta que nós, obviamente, não conseguimos lhe satisfazer é a de lhe oferecer a administração da Empresa Municipal Frente MarFunchal. -----

Quanto à **Senhora Deputada Municipal Marta Freitas** devolvemos efetivamente impostos às famílias, devolvemos 3 milhões de euros em IRS e ainda temos contemplados no Orçamento mais 4,5 milhões de euros às famílias. -----

Sobre os juros de mora, **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta**, de 1,2 milhões de euros, foi uma devolução feita pelos cofres da Autoridade Tributária, depois de 12 anos de cativações nos cofres do Ministério das Finanças, que foi devolvida em 2017 a todos os Municípios do País, incluindo Santana. Estar a dizer que foi esta Câmara por sua iniciativa que prejudicou os funchalenses é insinuar falsidades, que obviamente não podemos permitir nem deixar em claro. Não vejo também onde é que aqui existe qualquer tipo de passagem de transformação de dívida comercial em dívida financeira. -----

- **DEFESA DA HONRA:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP**, defendeu: “Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal, primeiro, tenho a honra de lhe dizer que se há alguém que efetivamente faz e obvia determinadas situações é o Senhor Presidente, quando ainda ontem em declarações ao Jornal, dizia que: *serei responsável no não aprovar do Orçamento*. Este é o primeiro aspeto que efetivamente evidência. -----

Segundo, aquilo que eu, no meu discurso, propus foi que assumisse o compromisso de apresentar no orçamento, não a obrigar a Câmara a apresentar absolutamente nada, porque já devia de ter assumido esse compromisso -----



Terceiro e isto de uma vez por todas, Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Gouveia, não fui, nem nunca serei candidato a administrador da Empresa Municipal Frente MarFunchal, tal qual como V. Exa sabe, e com isto acabo a minha intervenção desejando que proximamente não volte a repetir aquilo que acabou de dizer. -----

Não sou irresponsável, sou um individuo responsável com 40 anos de atividade na área da gestão financeira. Não estou disponível para ser gestor financeiro ou administrador da Empresa Municipal Frente MarFunchal, mas no entanto muito obrigado pelo reconhecimento da minha capacidade para essa atividade.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador Rúben Dinarte Silva Abreu**: “Ouvindo as declarações do **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta** fiquei um pouco estupefacto, porque diz que o CDS faz o trabalho de casa e que estudou este Orçamento, e agora vem aqui afirmar que a contratação de novos recursos humanos vai ser feita à conta de um empréstimo de tesouraria de 3 milhões de euros. O Senhor Deputado sabe bem que este empréstimo de tesouraria é feito todos os anos, e que é para fazer face a eventuais decisões judiciais que a Câmara tenha que ocorrer e que não tenha valores de tesouraria no momento.-----

Em relação aos recursos humanos eu sei que lhe custa constatar que este Executivo, apesar de ter uma gestão financeira responsável de reduzir dívida, ainda assim consegue fazer investimento e contratar novos recursos humanos, porque são 3 milhões e meio de euros que estão previstos para contratar recursos humanos, que serão 230 novos funcionários.-----

E ao contrário do que o PSD e o CDS estão a fazer, em que se preparam para abandonar o Funchal e os funchalenses, este Executivo, pode ficar certo, cá estará para defender o Funchal e os funchalenses, e não defraudar as expetativas dos 230 novos funcionários que

entrarão nos quadros da Câmara Municipal do Funchal em 2020.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com a aprovação do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **O Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**: “Apenas um esclarecimento àquilo que foi dito pelo **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta** sobre as legalizações. Eu gostaria de dizer que aquilo que disse não corresponde à verdade, porque efetivamente ao abrigo do artigo 97º do PDM, que permite que os processos de legalização, dentro do cumprimento da lei, se façam com mais rapidez, nunca se fizeram tantas legalizações no Município do Funchal como no último ano. A verdade é que no último ano, só há desse artigo, já temos mais de 60 legalizações e temos outras 30 fora do mesmo. Portanto, neste último ano nós, praticamente todas as semanas, estamos a legalizar situações que antes estavam ilegais. Tem sido um esforço muito grande da Divisão de análise urbanística para o fazer, juntamente com os processos de reabilitação, que como sabe também têm vindo a ser muito rápidos. Aliás o artigo 97º não é apenas um artigo elogiado internamente e pelos funchalenses, mas também, por exemplo, na Ordem dos Arquitetos, onde foi feito pela Arquitecta Helena Roseta, uma menção extremamente honrosa e positiva do que tem sido os processos de legalização no Funchal, e naturalmente eu teria que restituir a verdade a esta Casa.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, questionou o Senhor Vereador Bruno Martins, se na negociação que existiu entre o CDS e a Coligação, sobre aquele assunto, foi ou não acertada, entre o Senhor Vereador Bruno Martins e o Senhor Vereador Rui Barreto, a criação de um grupo de trabalho para uma linha estratégica para a cidade do Funchal.-----

E se reconhece que não utilizou as verbas do Orçamento de 2019 para a regulamentação das casas de génese ilegal, plasmando-as, novamente no Orçamento de 2020.-----

--- **O Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins** voltou a insistir que nunca foram feitas

tantas legalizações como naquele último ano. -----

Em relação às questões disse que de facto falou com o Vereador Rui Barreto, sobre um grupo de trabalho olhar para as áreas de génese ilegal. Porém, porque vieram a verificar que essas áreas urbanas de génese ilegal, precisam quase totalmente de legalizações, foi necessário fazer foi um artigo muito bem feito em relação àquilo que é o PDM do Funchal, e àquilo que são as necessidades dos munícipes do Funchal, por isso, aquilo que verdadeiramente tem dado resposta e tem sido colocado na prática, é esse artigo 97º. ----

--- Por esta ocasião o Segundo Secretário da Mesa, **Roberto Paulo Ferreira Vieira**, foi substituído pela Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro, para poder intervir. Ao ser-lhe dada a palavra disse: “A Senhora Deputada Municipal Marta Freitas fez aqui um discurso que deveria ser o Senhor Presidente a fazer, e falou, por exemplo, nas viaturas da Câmara Municipal do Funchal. Aqui fica uma pergunta, Senhor Presidente, é ou não é verdade, que há viaturas da Câmara Municipal da Ponta do Sol, e da Câmara Municipal de São Vicente a prestar serviço no Funchal, porque algumas delas estão avariadas e agora serão os munícipes do Funchal que terão de pagar essa reparação? --- É ou não verdade que nos corredores da Câmara e um pouco pela cidade, já se começa a amedrontar os funcionários desta Câmara, que a oposição ao chumbar este Orçamento terão os seus salários em causa? Não deverá de ser verdade porque o Senhor Vereador acabou de anunciar que de qualquer forma irá contratar mais 300 e tal trabalhadores. Espero que não militantes do Partido Socialista. -----

É ou não verdade que foi dito na última quinta-feira, dia de reunião pública da Câmara, na qual eu estive presente, há população que a oposição era a culpada de não haver mais investimento nas zonas altas e nas acessibilidades, porque tinha chumbado 4 milhões de euros da DERRAMA? O que é mentira, continuando esta Câmara a mentir. -----

Só quem veio a essa reunião pública, é que viu pessoas aqui desesperadas, inclusive um

jovem, de quem eu senti pena, que diz saber de outras casas que são legalizadas dentro dos moldes da dele e a dele não legalizam. E pasme-se que agora a legalização das casas não acontece por culpa da Proteção Civil, porque a Câmara sacode a água do seu capote e manda para cima da Proteção Civil.-----

É ou não é verdade que têm medo da auditoria à Empresa Municipal Frente MarFunchal e à Empresa Municipal SocioHabitaFunchal? -----

É ou não é verdade que neste Orçamento há apoios sociais para agregados familiares que recebem 2 mil e 500 euros por mês, e beneficiam do mesmo valor do desempregado, da pessoa que recebe o salário mínimo ou mesmo alguém que não tem nada? Estou disponível para mostrar aos Senhores Deputados Municipais como aquilo que estou a dizer é uma verdade. -----

Este chumbo, que vou dar a este Orçamento, não é o chumbo da oposição, é o chumbo da mentira que pregaram aos funchalenses, V. Exas mentiram aos funchalenses. -----

Quando pedem eleições antecipadas, pedem muito bem, já devia de ter acontecido no dia que Paulo Cafôfo, anunciou a sua candidatura. Nesse dia tinha que haver eleições antecipadas, porque esse Senhor mentiu descaradamente à população e ganhou as eleições mentindo à população do Funchal, dizendo que ficava até ao fim e saiu logo que lhe apareceu o Governo Regional ao fundo do túnel. E só na última Assembleia é que V. mostraram de forma clara que aceitaram a derrota e que tinham perdido as eleições. -----

Por estas razões, o nosso pedido de eleições antecipadas foi feito na altura, é feito hoje e a verdade é esta, mudamos de Presidente, mudamos de Executivo e a verdade é que os funchalenses foram enganados, continuam a ser enganados e por essa razão, eleições, já!

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas, do GMC,** transmitiu e questionou "Um orçamento nunca é só o que parece. Um orçamento, e os seus números, significa mais ou menos obra, mais ou menos apoios, melhores ou piores

condições de vida para as pessoas e para a cidade. -----

É preciso pois, olhar para o orçamento para além dos números, olhar para aquilo em que se tornam os números. E nesse âmbito, importa analisar o significado deste orçamento para a cultura e a coesão social.-----

No que diz respeito à cultura, este orçamento pressupõe a continuação do trabalho desenvolvido nos últimos anos; as inúmeras iniciativas culturais por toda a cidade, das quais destaco os concertos comemorativos do 25 de abril e do Dia da Cidade, a Feira do Livro, um evento que procura não vender apenas livros mas também criar novos públicos, a continuação do Funchal Jazz com a qualidade que lhe é reconhecida, o Funchal Fado, o Cais do Carvão como polo cultural, a dinamização e acesso aos vários museus municipais, a eclética programação do Teatro Baltazar Dias, que tem conseguido reforçar o acesso à produção Nacional e aposta simultaneamente na Regional.-----

Todas estas medidas e iniciativas significam uma clara aposta nas pessoas que vivem a cidade, na sua dinamização cultural, proporcionando experiências que de outro modo dificilmente teríamos acesso. Senhora Vereadora, para além do que enunciei, que mais prevê este orçamento em relação à cultura?-----

No âmbito das políticas sociais promotoras de justiça e equidade, sublinhar a importância do Fundo de Investimento Social (2 milhões de euros), que viabiliza os apoios à família e à natalidade, os apoios à saúde, nomeadamente aos medicamentos, os apoios ao nível da habitação, tais como o subsídio municipal ao arrendamento que permite a inúmeros jovens e famílias a capacidade de ter o seu espaço, uma casa que seja sua. E o PRESERVA - Programa Municipal de Apoio à Conservação, Reparação e Beneficiação de Habitações Degradadas de Agregados Familiares Carenciados, contribuindo assim também para a eliminação dos prédios degradados.-----

Em termos de manutenção e obras de beneficiação da habitação social, estão

orçamentados mais de 3 milhões de euros. Senhora Vereadora, quais são as prioridades para esta verba?” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente**, perguntou à Senhora Deputada Municipal Elisa Seixas quantas casas foram aprovadas desde o dia da implementação do PRESREVA, até ao momento. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas, do GMC**, esclareceu que até ao momento foram reabilitadas quarenta casas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Alexandre Palma Costa, do GMC**, expôs e questionou: “O nosso Mundo está a mudar e cada vez de forma mais rápida, este é um facto que é para todos inegável. O que antes levava meses ou anos a conseguir, agora fazemos numa questão de minutos ou até mesmo em segundos. O que antes fazíamos de forma individual, hoje é partilhado. O futuro da mobilidade urbana, a importância de uma nova forma de mobilidade que faça do Município do Funchal uma cidade de futuro, é simultaneamente um desafio, um investimento e um esforço, pois traz também custos financeiros, para quem tem a missão de nesta área promover a transformação necessária que todos desejamos para a nossa cidade. -----

O surgimento de novas tecnologias, que se aliam a novas iniciativas, complementam o transporte público nas grandes cidades europeias, e coloca-nos presentemente perante uma verdadeira mudança de paradigma. Queremos que esta tecnologia funcione e nos garanta uma mobilidade mais eficiente, sustentável com a salvaguarda da boa qualidade do ar que respiramos e uma hábil utilização de espaço público por parte de todos, o que a médio prazo, acreditamos, alavancará a qualidade de vida de todos os que vivem, trabalham e fruem da cidade do Funchal. -----

Em suma, a mobilidade é sem dúvida um dos eixos de trabalho que ajudará a melhorar a ordem, a qualidade e o valor das grandes cidades, pelo que é, como disse, preciso não



parar, mas acelerar mudanças, desenvolver planos estratégicos, preparar programas de financiamento, desenvolver iniciativas com diversas entidades empresariais, bem como implementar alterações e adaptações jurídicas nacionais e europeias. -----

Penso que o Funchal não deve ser uma exceção, mas um exemplo, deve seguir no pelotão da frente, dever tornar-se, também, um Município inteligente e conectado como hoje inspira a estratégia da União Europeia.-----

Ora, perante o cenário e um impulso de desenvolvimento que presumo todos aqui desejamos e reclamamos, pergunto então ao órgão Executivo do Funchal: com a eventual aprovação do Orçamento camarário para o ano de 2020, conforme deixou bem claro o líder regional do PSD-Madeira, Dr. Miguel Albuquerque, no encerramento do VII Congresso dos Trabalhadores Sociais Democratas da Madeira, no dia 30 de novembro do corrente ano, ao dar instruções claras aos militantes e Deputados Municipais do seu partido, e acredito também estendidas aos Deputados Municipais do atual parceiro partidário de coligação no Governo Regional, em que medida ficam comprometidas as iniciativas e intervenções integradas, que estavam previstas realizar para melhorar o desenvolvimento dos núcleos urbanos, baixar níveis de poluição de tráfego, aumentar a oferta de transportes públicos, melhorar as redes pedonais, parques de estacionamento, entre outros, calculadas e conjeturadas por esta autarquia. Mais, estamos todos conscientes da necessidade de reivindicar as cidades ou reinventar as cidades para as pessoas, e formados que é o momento de inverter a tendência errada que durante décadas, nos levou a planificar os centros urbanos com outro tipo de foco que não os habitantes, ou seja, os cidadãos.-----

Assim, em que patamar fica a implementação de políticas e medidas de transportes mais sustentáveis e inovadores?-----

Vamos quebrar o ciclo que todos pretendemos que acompanhe a economia e corresponda aos anseios da sociedade, e que ambientalmente obriga a esta mudança?" -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do GMC**, questionou o Executivo, se com a reprovação daquele orçamento ficarão ou não condicionados projetos como o Reabilita Funchal, as Microcentralidades das Zonas Altas, a aquisição de serviços de manutenção de espaços verdes, a aquisição ou aluguer de maquinaria especializada, a aquisição de serviços de reparação de infraestruturas de espaços verdes, o levantamento topográfico georreferenciado de jardins, plano de estudos para otimização de recursos hídricos, substituição do património arbóreo e expansão da rede de ilhas ecológicas. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara**, respondendo ao **Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes**, disse que um eventual chumbo daquele Orçamento, trará obstáculos e dificuldades acrescidas à colocação no terreno de novas obras, e mesmo à continuidade de obras que atualmente estão a ser desenvolvidas pela Câmara do Funchal. -----

De seguida deu a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, que esclareceu: “É um prazer estar aqui a clarificar muitas das nossas opções no Orçamento, nomeadamente nas áreas que me foram questionadas. -----

Gostaria de dizer que relativamente à **Cultura**, questão colocada pela **Senhora Deputada Municipal Elisa Seixas**, o que está previsto é continuar a investir-se na literacia cultural da população do Funchal, mas também da população madeirense. Gostava de lembrar que realmente o trabalho que temos feito na Cultura, toda a dinâmica que tem sido realizada, tem dado visibilidade ao trabalho que se faz na Região, e tem também projetado esse bom trabalho fora das nossas portas, trazendo também à Região experiências culturais diferentes que permitem um crescimento de toda a população, seja qual for o nicho ou sejam quais forem os seus interesses. Portanto, vamos continuar a fazer uma programação eclética e que invista na literacia cultural da nossa população, e isso está intrinsecamente ligado ao trabalho que nós temos feito na área da educação, porque a educação é



efetivamente uma arma no desenvolvimento e na literacia política, cultural, educativa e também de intervenção da população no serviço que é prestado pelos diferentes poderes políticos, neste caso, a Câmara Municipal. -----

Nós temos neste momento na **Educação** um aumento previsto neste orçamento de 27,4%, que é muito importante, porque consideramos que isso é um trabalho que temos de continuar a fazer, e gostava de realçar, nesse caso, também, a questão dos manuais escolares e das bolsas do ensino superior. -----

Relativamente às questões da **Área Social**, gostaria de dizer que é muito claro no nosso Orçamento o que continuaremos a fazer na área da habitação social, tanto em construção nova, como na melhoria muito acentuada, da qualidade dos bairros que estão já sob a nossa gestão. E esse é um trabalho que temos para continuar, porque nós temos muito cuidado com a maneira como as pessoas vivem, também, connosco e continuamos a reforçar esse trabalho. -----

Gostava também de realçar que na área do **Fundo de Investimento Social**, temos um reforço bastante grande, porque não só damos às pessoas instrumentos para que possam viver melhor, como também as ajudamos a sair do ciclo de pobreza em que muitas delas estão inseridas, e por isso, eu gostava de lembrar que só nos medicamentos, mesmo para doentes oncológicos, nós apoiamos 2 mil 368 pessoas. Aliás, se lessem o relatório que todos os trimestres vêm aqui para ser apresentado e que vos é fornecido, teriam com certeza todos esses números. Gostava de realçar que não só investimos na área do arrendamento como também na área do PRESERVA, e já ajudamos muitas famílias do Funchal a fazê-lo, continuamos a ajudar e vamos, também, continuar com o apoio às famílias tanto na área da natalidade, como na área do investimento e na própria educação até ao 12º ano. -----

A área do **Emprego** é outra área que também é importante continuar a ser reforçado, não

é por acaso que em termos de coesão social o nosso Orçamento é reforçado em 24,54%.”

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com a anuência do Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao **Senhor Vereador Bruno Ferreira Martins**, para responder aos **Senhores Deputados Municipais Miguel Costa e Egídio Fernandes**: “De facto o conjunto de investimentos são aqueles que derivam do próprio programa de execução que está inscrito no PDM e no PAMUS do Funchal, já aprovado há algum tempo. E de facto na **mobilidade**, o plano de logística, os terminais logísticos a si associados, os postos de carregamento elétrico são cerca de 11, a rede sensora de emissões para a leitura de emissões poluentes no Funchal, a rede semaforica, o plano clicável, o interface de transporte coletivo, que é um projeto não apenas da Câmara, mas que terá, também, de envolver os Transportes e o Governo Regional, e a micro simulação da cidade. Evidentemente só estou a falar dos projetos que estão no momento em curso e que irão perdurar até 2021. -----

Do ponto de vista da **reabilitação urbana**, falou, e muito bem, do Reabilita Funchal. A reabilitação de alguns edifícios para alocar tipologias para arrendamento jovem, os bairros municipais do Funchal, que a minha colega de vereação também já referiu, as microcentralidades das zonas altas, as restantes três ARUs, eu recordo que não tínhamos nenhuma há 5 ou 6 anos atrás e neste momento temos 3, e temos outras 3 previstas, projetos de beneficiação do espaço público, como a Praça do Município e a Estação do Monte, entre outras, a beneficiação da Rua das Pretas ou também a da Rua dos Tanoeiros. Estes são os projetos que estão em curso, evidentemente que não queria estar a me antecipar sobre as dificuldades que vamos ou não ter em função do possível chumbo do Orçamento, mas como não é difícil de imaginar a sua reprovação por esta Casa, poderá trazer constrangimentos futuros para a execução de qualquer um destes projetos que estamos aqui a falar. Todos eles são bastante importantes, julgo eu, para os munícipes do Funchal, portanto sem estar a querer antecipar os constrangimentos que poderemos vir a



sentir, agradeço as perguntas porque é uma oportunidade para ser elencada aquilo que está a acontecer, e as dificuldades que poderemos vir a ter na execução de todos estes projetos.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC**, informou e questionou o seguinte: “Ao longo deste ano o Município do Funchal já foi distinguido 3 vezes graças à sua política desportiva municipal, com o Prémio do Município Amigo do Desporto, que vence desde 2016, do programa recomendado do ano com a sua atividade nos ginásios para os mais de 50 anos e da inclusão pelo desporto pela sua componente de integração social. O Funchal tem desenvolvido inúmeros programas de promoção de atividade física e desporto para todos, como o Funchal Ativo, os Domingos na Avenida, o Desporto na Praça, o Campeonato Inter Freguesias de Futebol de 5 e a Semana Europeia do Desporto, com a oferta de diversas modalidades desportivas incluindo a componente recreativa, lazer e promoção da saúde, nomeadamente nas ruas e praças da nossa cidade. Também tem apoiado o Envelhecimento Ativo, através dos seus ginásios municipais e da contratação de cinco licenciados em Educação Física, tem também apoiado a atividade regular de clubes e associações, sobretudo desporto de formação e desporto para todos, e a organização de eventos internacionais, nacionais, regionais, inter municipais, municipais e de freguesia, num valor de meio milhão de euros por ano, não contabilizando todo o apoio logístico em bombeiros, policiamento, com objetivos desportivos, sociais e turísticos.-----
Tem organizado vários fóruns de discussão e reflexão sobre política desportiva, como por exemplo, o Fórum Regional dos Municípios Amigos do Desporto e o XX Congresso Nacional da Associação de Gestão do Desporto, tem investido no parque desportivo municipal e tem investimentos previstos para requalificação. -----
Senhor Presidente, o que está previsto neste orçamento?-----
Em relação aos Mercados, o Município do Funchal tem investido ao longo dos últimos 6

anos em obras muito relevantes na requalificação dos mercados municipais. Depois de recuperar integralmente o Mercado da Penteada, com obras de recuperação de interiores e exteriores, bem como do respetivo parque infantil e estacionamento.-----

O Município levou a cabo obras de recuperação do exterior no Mercado dos Lavradores, que permitiram recuperar as suas fachadas e dar-lhe uma nova cara. Recuperou integralmente a zona das floristas com novos postos de venda, e encontra-se neste momento a instalar o novo posto de turismo, um espaço criado de raiz e exclusivamente para esse efeito.-----

Para 2020 está previsto no Orçamento um valor de sensivelmente de 300 mil euros para requalificação dessa infraestrutura. O que está previsto em concreto com esse valor de investimento para a política municipal na área dos mercados?-----

Em relação à Democracia Participativa, o Município do Funchal tem sido reconhecido pelas suas políticas de Democracia Participativa, com uma Menção Honrosa no seu Orçamento Participativo de 2018 e o Prémio de Boas Práticas de Participação em 2019, cujos núcleos locais de Proteção Civil. O que está previsto na área da Participação e Cidadania no Orçamento e Plano de 2020?-----

Gostaria de realçar que todas estas propostas são importantes para a população. E as propostas que estão previstas nas Grandes Opções do Plano, especialmente para a população das freguesias, que são o acesso de várias ruas, por exemplo, em Santo António, o acesso em São Roque, o centro de Santa Luzia.-----

Por isso mesmo, Senhor Presidente, caso este Orçamento seja reprovado, o ónus fica para quem o chumba.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Pereira Oliveira, do GMC**, elucidou e questionou: “Senhor Presidente com a aprovação dos últimos orçamentos da Coligação Mudança e Coligação Confiança, foram executadas várias obras na freguesia do Monte,



obras essas, que tinham sido prometidas há muitos anos e que nunca foram realizadas. Das obras concluídas na freguesia do Monte, destaco as seguintes: a Capela Mortuária do Cemitério do Monte, a sede da Associação dos Carreiros do Monte, a recuperação da antiga escola do Curral dos Romeiros, limpeza e recuperação do Caminho Padre Eugénio Bargonovo entre o Largo das Babosas e o Curral dos Romeiros, pavimentação e recuperação de muros na Ladeira da Tabaiba, pavimentação e recuperação do Caminho do Lombo, beneficiação do pavimento do poli desportivo da Escola do Tanque – Monte, nova rede de águas residuais ao longo do ribeiro da Corujeira, renovação de salas de aula da Escola do Livramento, entre outras. -----

Para além destas obras, estão em curso obras de grande valor como as escarpas no Caminho dos Tornos. -----

Senhor Presidente, gostaria de saber se irá continuar com as obras de substituição da rede de fibrocimento na freguesia do Monte, obras essas que são muito importantes para a freguesia.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMC**, proferiu: “Senhores Deputados o voto contra já anunciado do PSD e o seu complemento CDS, ao Orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2020, é das jogadas mais baixas a que tenho assistido na política. Entenda-se, eles não se preocupam com o Município do Funchal, que é o mesmo que dizer a nossa cidade. Eles não querem saber de melhores condições de vida para os funchalenses. Eles não se preocupam em deixar esta cidade mais próspera para as gerações vindouras. O único objetivo deles é deitar esta Câmara abaixo porque nunca suportaram, nem suportam a ideia de o maior Município da Madeira, quase com metade da população, esteja fora das suas garras, ou seja, esteja fora do seu controle.-----

Faço aqui um apelo a toda a comunicação social, aquela que o Senhor Deputado Municipal

João Paulo Marques, queria que estivesse presente na discussão do orçamento, que informe todos os madeirenses seja nesta Casa, seja na Assembleia Regional, seja na Placa Central da Avenida Arriaga, que esta perigosa caranguejola formada pelo PSD e os caçatuchos do CDS, estão a fazer uma marcação cerrada e um boicote vergonhoso a esta Câmara para impedir que ela possa desenvolver o nosso Município.-----

Eles nunca se preocuparam com o futuro da nossa cidade nem tão pouco com o futuro dos madeirenses, porque estão demasiado ocupados em ganhar eleições. Estão mais preocupados com vinganças mesquinhas enquanto o povo sofre as consequências.-----

Também não posso deixar passar em claro o que veio a público, através da comunicação social, que o PTP, a CDU e o JPP estão renitentes em votar a favor este Orçamento, porque, segundo afirmam, o Executivo não aceita as suas propostas. -----

À Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado, à Senhora Deputada Municipal Raquel Coelho, ao Senhor Deputado Municipal Orlando Fernandes, não vale a pena falar no Senhor Deputado Municipal Roberto Vieira, porque esse já é desde pequenino do PSD, quero olhá-los nos olhos e colocar-lhes duas questões muito concretas, uma para recordar o passado e outra para meditar no futuro. Alguma vez no passado o Executivo do PSD nesta Casa aceitou as vossas propostas? -----

Se porventura esta Câmara caísse e voltasse de novo o PSD, acham que eles aceitariam alguma das vossas propostas. -----

Preferem que a Câmara Municipal volte a ser comandada pela Quinta Vigia? -----

Pensem bem antes de colocarem a cruz no voto, porque o vosso eleitorado também tem olhos e ouvidos. -----

Senhor Presidente do Executivo, manifesto aqui o meu incondicional apoio para denunciar esta vergonhosa oposição, seja nesta Casa ou em qualquer outro meio ao meu alcance, porque não aceito nem tolero que um punhado de irresponsáveis marionetas, prejudiquem



a minha cidade.”-----

- DEFESA DA HONRA:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente,** defendeu: “Esta questão de estar noutra partido, a verdade é que eu Roberto Vieira, estou mais à esquerda do que o atual Partido Socialista, que ganhando esta Câmara tem políticas mais à direita do que o PSD e o CDS juntos. Os tachos, os tachinhos e o compadrio, são tudo muito típico daquilo que se acusava antigamente o PSD, hoje coligado com o CDS, e aqui eu não mudei de partido, eu continuo neste momento como Independente, mas continuo com uma veia mais à esquerda que o próprio Partido Socialista. O Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues diz que somos irresponsáveis, o problema da irresponsabilidade que me está atribuindo, cai em cima de vós, e começou a cair desde a semana passada quando V. Exas caíram na realidade de que perderam as eleições. Votar contra este Orçamento não tem nada a ver com o partido A, B, ou C, este Orçamento não vale nada, este Orçamento esqueceu as pessoas, este Orçamento é contra os funchalenses e é essa, Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues, a razão do chumbo deste Orçamento.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** também defendeu: “Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues: primeiro, gosto de olhar nos olhos. Segundo, irresponsabilidade é aquilo que não me pode acusar, principalmente porque só estou cá nesta legislatura.-----

Relativamente a outras situações, nomeadamente a outras “bocas”, para as quais não tenho paciência de aturar nem de responder, só diria que efetivamente as pessoas que as fazem, o melhor era olhar para si próprio e verem aquilo que têm no seu interior e o seu interior, efetivamente, é muito mau e estou a me referir sabe-se perfeitamente a quem.”---

--- **INTERVENÇÃO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do GMC, fez a seguinte intervenção: “Neste momento, como Presidente de Junta de Freguesia e também fazendo parte da Coligação Confiança, quero alertar que realmente este é o melhor e o maior Orçamento de sempre e de todos os tempos na área social. -----

Vou aqui recapitular muitas coisas que já foram ditas, porque é bom que saibamos aquilo que fazemos nas juntas de freguesia, como o Apoio ao Arrendamento, o Apoio aos Medicamentos e o Apoio às Habitações Degradadas, que têm muito tido sucesso. -----

Também vejo que na bancada do PSD, muitos jovens desconhecem o que é viver numa casa que chove, porque não foram eleitos por essas pessoas, foram eleitos pelas pessoas que nasceram em berço de ouro e estão preocupados em defender a sua dama, mas reconhecem que os outros colegas Presidentes de Junta, e tiro-lhes o chapéu porque também fazem um bom trabalho na área social, muitas vezes têm alguém a lhes bater à porta para recuperar os telhados e os tetos e que são eles que dão a cara por todos vocês. Por isso, não merecem o sentido de voto contrário porque eles fazem um bom trabalho e apelo que cada um dos meus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, embora de outra cor, que pensem pelas suas cabeças, que analisem bem o seu sentido de voto, porque foram eleitos foi pelo povo e não pelo Presidente do Governo que está na Quinta Vigia, e que lhes indicou que tinham de votar contra.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com o assentimento do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador João Pedro Mendonça Vieira**, que começando por se dirigir ao **Senhor Deputado Municipal José Sebastião**, disse: “Fez um resumo magnífico daquilo que tem sido a parte da política executiva deste Município, e dizer-lhe apenas que esta Câmara Municipal iniciará em 2020 uma nova fase da sua política **desportiva**, que é precisamente voltar ao investimento que já tão bem fez em 2017, por



exemplo, no parque desportivo municipal e que é isso que está previsto acontecer nesse Orçamento. Dizer-lhe também, que estão previstas obras de requalificação no valor de 300 mil euros no **Mercado dos Lavradores**, que permitirão criar um núcleo museológico, recuperar a praça do peixe para dar novas e melhores condições a quem lá trabalha. Dizer-lhe ainda que estão previstas obras na área do saneamento básico e da rede elétrica neste Orçamento do próximo ano. E finalmente na área da **democracia participativa** lançaremos a próxima edição do Orçamento Participativo, agora que finalmente está já concluído outros instrumentos de democracia participativa que o Governo Regional soube, e bem, copiar da Câmara Municipal do Funchal. -----

Senhores Deputados, queria também dizer-vos duas notas para além daquilo que o Senhor Deputado aqui nos disse. A primeira tem que ver com a questão das juntas de freguesia porque o **Senhor Deputado Municipal Bruno Macedo** fez um anúncio de que, aparentemente, as juntas de freguesia não precisam do dinheiro que a Câmara Municipal do Funchal lhes atribui equitativamente, independentemente da sua cor partidária. Eu fiquei sem perceber se seria um pré-anúncio de contrato programa entre o Governo Regional e essas juntas de freguesia. -----

Para terminar dizer-lhe também que o Senhor Deputado Municipal Bruno Macedo já revelou a intenção de deitar abaixo a Câmara Municipal do Funchal, e o que vos posso dizer é que este Executivo está cá, tem todas as condições para governar através da Câmara Municipal e se a Assembleia Municipal tem algum problema e quer eleições antes, Senhores Deputados Municipais, sejam os primeiros e por favor demitam-se.”-----

--- Depois também com a anuência do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador Rúben Dinarte Silva Abreu**, que em resposta ao **Senhor Deputado Municipal José Gabriel Oliveira**, transmitiu: “Efetivamente esta Câmara irá continuar a investir e a reparar as escarpas, que são seis. Uma já está

concluída, duas estão em fase de conclusão e julgo que as outras três, também, no início de 2020 estarão concluídas. Estamos a fazer obras nas escolas, continuamos a fazer e iremos ter um aumento neste Orçamento municipal do valor que estava destinado a este item, e a minha colega Vereadora Madalena depois poderá complementar, mas temos um acréscimo de quatro vezes o valor do orçamento que está previsto para as obras das escolas, face a 2019. Em relação às redes de fibrocimento das águas do Funchal, é verdade que este Executivo as irá eliminar completamente, já estão concluídas em São Roque, está em conclusão o Caminho da Casa Branca em São Martinho e iremos dar início à substituição de fibrocimento no Caminho da Penteada, no Caminho das Babosas e no Caminho da Lombada na freguesia do Monte. Portanto, esta Câmara e este Executivo não abandonou a cidade, continua a investir e cá estaremos para continuar em 2020 a fazer o nosso trabalho.”-----

- **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Barroso Moura Melim, do PPD/PSD,** antes de colocar as suas questões, disse: “Todos os que estão eleitos nesta Assembleia através da sua eleição como membros da Assembleia Municipal ou como Presidentes de Junta de Freguesia, penso que foram eleitos com o mesmo tipo de boletim e é dessa forma que nós olhamos para o Funchal. Um Funchal que tem os seus habitantes que precisam de respostas, que precisam de ações concretas, mas que precisam evidentemente de um poder político que se preocupe. Um Funchal que tem as suas assimetrias. Um Funchal que naturalmente todos nesta Casa trabalham, e eu quero acreditar nisso, tanto a oposição como quem exerce os mandatos quer na vereação da Câmara, quer nas Juntas de Freguesia. Um Funchal que quer ser melhor, que quer ser mais coeso e que quer ter um futuro.”-----

Exatamente por isso é que questiono que quando hoje, e já foi amplamente falado no



debate, o Funchal recebeu prémios na qualidade de vida, eu enquanto funchalense fico contente, porque enquanto cidadão desta Região Autónoma, pois antes de ser Social Democrata, sou funchalense e quero que a minha cidade, a cidade onde eu cresci, a cidade onde eu decidi viver, tenha a melhor qualidade de vida e possa proporcionar aos cidadãos que, como dizia o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, nem todos nasceram num berço de ouro, é verdade, independentemente do seu meio nós possamos lutar por um lugar de igualdade de oportunidade, um legado que permita esse desenvolvimento. E nesse sentido, e uma vez que também já foi aqui referido, que, por exemplo, no programa PRESERVA em 2019, nós não tivemos nenhuma candidatura admitida, perceber o que é que se passa e qual é a estratégia, porque nós temos vindo a observar deste Executivo uma grande afirmação de autonomia do Poder Local, autonomia de governação autárquica e que eu, além de achar natural, quero saber se há quem se preocupe nesta cidade de que nós não precisamos nem de olhar para quem está acima, nem para quem está aos lados para fazer aquilo que temos a fazer. -----

Mas, no que diz respeito à habitação jovem eu gostava de compreender, uma vez que no Orçamento para 2020 se fala na aquisição de terrenos e o alargamento da participação na aquisição de edifícios, que sobe a rubrica de 1,8 milhões de euros para 4,2 milhões de euros, o que é que se pretende fazer em concreto, porque já aqui ouvi, e muito bem, dizer que há uma estratégia para a habitação. Nós até a discutimos, demonstramos ter pontos de vista diferentes, demonstramos, no nosso entender de oposição, que o Subsídio Municipal ao Arrendamento neste momento, não é aquele que devia acompanhar o proporcional, uma vez que foi criado um determinado valor se as habitações e o arrendamento subir, é necessário que se atualize, foram-nos dadas essas justificações e essa estratégia é fundamental, mas o que é que se vai fazer de concreto? Porque nós hoje, com a exceção do mês de dezembro e da azáfama natural do Natal na Placa Central, o

Funchal, o seu centro e as grandes zonas urbanas a partir das 19 horas fica deserto, e isso é um perigo porque não temos rejuvenescimento das centralidades e quando não conseguimos manter as que há, não me falem em criar novas.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** antes de iniciar a sua intervenção e colocar as suas questões, disse: “Não posso deixar de responder e não usei a possibilidade, como outros Deputados o fizeram, de defesa da honra, porque só a defenderá quando o assim permitir, e tendo em conta o que o Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues dizia que gostava muito de olhar nos olhos, também lhe digo que não tenho problema nenhum em olhar nos olhos das pessoas. Aos anos que nós já aqui temos representação na Assembleia Municipal, não há nenhum sentido de voto em relação a algum Orçamento e Grandes Opções do Plano, que nós nos possamos envergonhar e em relação ao passado de propostas aprovadas, é verdade, não as houve da parte da CDU, aprovadas pelo Executivo do PSD, mas mais grave do que não haver, é haver propostas da CDU aprovadas por este Executivo, até no anterior mandato, e elas ainda não estarem executadas no terreno, por isso em relação àquelas que serão as nossas respostas, depois desta discussão do Orçamento, às pessoas que nos elegeram, independentemente do lugar onde vivam e independentemente, também, da sua situação económica, porque ficou muito mal a observação, também, aqui feita em relação àqueles que eram os eleitos por uma classe mais alta e por uma classe mais baixa, ficou muito mal colocado. Da mesma forma, permita-me Senhor Presidente da Assembleia colocar isto, pois não ficaria bem com a minha consciência e não é o meu modo de ser, se não fizesse esta pequena ressalva, que é criticável haver apartes das traseiras de quem não foi legitimamente eleito, é tão ou mais recriminador, pelo menos para mim, haver um conjunto de apartes, um conjunto de ofensas às pessoas, porque *palhaços*, que eu saiba mais próximo de nós estará ali na Praça do Povo, e nesta Casa não é aceitável,



independentemente das divergências políticas, que as há e que são salutares em democracia, que este tipo de expressões sejam aqui, utilizadas por Deputados Municipais que foram legitimamente eleitos como qualquer um dos outros, apesar das divergências políticas que nos separam e por isso é tão salutar a nossa democracia.-----

As duas questões que queria aqui colocar são preocupações que já vêm desde há largos anos, quer no Executivo ainda do PSD e que continuam a ser colocadas, quer no anterior mandato e também neste, e têm a ver com as questões de habitação. Em relação à habitação, e sendo verdade que os números não desmentem, estamos a falar de 108 milhões de euros, gostaria de tentar perceber no que diz respeito à construção de habitação, não estar vertido em Orçamento uma vez que este é tão elevado. -----

O porquê de não haver um reforço substancial, tendo em conta que também o Funchal a nível do ranking e pelos piores motivos, está com mais de 3.700 famílias a aguardar por habitação. -----

E já agora que se tem falado tanto de prémios, permitam-me também, só dizer os prémios são bons para a cidade e para o Executivo apenas para abanar que recebeu um prémio, falando diretamente com as pessoas, aquelas que vivem mais nas zonas ultraperiféricas da cidade, que não têm habitação e que continuam a não ter acesso a um conjunto de acessibilidades, essas pessoas não se vêm refletidas nesses prémios que a cidade tem conquistado. -----

A outra questão que queria aqui colocar tem a ver com as acessibilidades, nós voltamos aqui a ver obras que já vêm, algumas delas, inclusivamente do Executivo do PSD, porque há coisas que vão sendo transpostas de mandato para mandato, como a Cova, o Calhau, o Jamboto, o Lombo da Quinta e podíamos dar outros exemplos, essas ficaram em orçamentos do PSD que passaram para executivos da Mudança e agora da Confiança, e que até agora não estão concretizadas. Há um conjunto de outras reivindicações que têm

vindo a ser colocadas por outras populações que continuam a não as ver vertidas nas Grandes Opções do Plano, com a justificação de que enquanto estas não estiverem concluídas nós não poderemos avançar.-----

Então porque é que não avançam, tendo em conta que há um Orçamento tão elevado?---

Os números não podem servir apenas para dizer temos o maior Orçamento da década, mas depois não ser consubstanciado nas medidas que as pessoas que quem vive no Funchal tem de senti-las também como suas, e ver a sua qualidade de vida melhorada.”--

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos André Camacho Alves, do PPD/PSD**, alertou e questionou o seguinte: “Senhor Presidente, o grupo municipal do PSD alerta, uma vez mais, para a gritante falta de transparência na Empresa Municipal Frente MarFunchal. Senhor Presidente, explique de uma vez por todas a esta Assembleia Municipal e aos funchalenses, porque se recusa constantemente a realizar uma auditoria externa àquela Empresa. -----

O que é que o Senhor Presidente tem medo que se descubra?-----

A contratação dos seus amigos socialistas de 2013 ou do seu antecessor?-----

Diga que esta Câmara injetou dinheiro através de bilhetes de acesso à praia, para pagar salários? -----

Senhor Presidente, no Orçamento para 2020 refere um ajustamento do número de funcionários com a transição destes para outros setores, gostaria que explicasse quais são os critérios, como e quando pretende realizar essa transição. -----

O Senhor Presidente tem a noção que esta Empresa Municipal foi considerada em 2012, um exemplo pelo anuário financeiro dos Municípios? -----

Senhor Presidente é agora em 2020 que vai finalmente anunciar o seu falhanço na sua gestão financeira, e anunciar a dissolução da Empresa Municipal Frente MarFunchal?-----

São estas questões que ficam constantemente por responder Assembleia após

Assembleia.-----

E já agora perguntar à Senhora Vereadora Madalena Nunes, que hoje referiu que a educação é uma prioridade desta Câmara e deste Executivo camarário, qual é a diferença entre dois jovens que ingressam, por exemplo, na Universidade da Madeira, um para uma licenciatura e outro para um curso técnico superior?-----

Porque é que o que frequenta a licenciatura tem direito a apoio de bolsa de 800 euros de propina paga anualmente, e o que frequenta o curso técnico superior que paga uma propina de 700 euros, não tem direito à mesma bolsa?"-----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu:-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Bruno Melim** disse que aquilo que está previsto na habitação jovem, e aproveitou para fazer a ponte com uma questão que foi colocada pela Senhora Deputada Herlanda Amado, é a reabilitação urbana e programas no centro do Funchal, para jovens, que foi prevista na única Câmara da Madeira que já tem a sua Estratégia Local de Habitação aprovada, onde também se enquadra o Subsídio Municipal ao Arrendamento, e que tem também um contrato programa com a Secretaria de Estado da Habitação.-----

- Sobre as questões colocadas pela **Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado**, esclareceu que a Câmara no momento, mais que duplicou o investimento em conservação de habitação social no Funchal. Assim, ao abrigo do Programa Amianto Zero estão a construir o último dos três complexos habitacionais previstos naquele no programa. Continuam também a investir, como nunca antes foi investido, na conservação dos atuais bairros sociais. Nesse sentido, para o próximo ano está previsto a conservação, não só de um prédio que teve problemas estruturais de raiz no Canto do Muro, para o qual estão a promover o realojamento das famílias, como também na Ribeira Grande e no Palheiro Ferreira está prevista uma intervenção de recuperação integral do seu exterior, no valor de

um milhão de euros.-----

Depois sobre as obras lançadas no Calhau, na Cova, no Caminho do Curral Velho, no Laranjal e no Boliqueime, que no momento se encontram em processo de expropriação, não foram lançadas pelo PSD, mas pelo atual Executivo da Câmara que está a cumprir com aquilo que se comprometeram quer com a CDU, quer com o CDS nos orçamentos anteriores.-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal André Alves**, que referiu que a Empresa Municipal Frente MarFunchal em 2012 foi considerada, pelo anuário financeiro dos Municípios, um exemplo pelas boas práticas de gestão, perguntou se são as que incluem condenações aos seus administradores, recomendações do Tribunal de Contas ou auditorias do Tribunal de Contas para a encerrar.-----

Depois esclareceu que as contas daquela Empresa Municipal são auditadas todos os anos e são visadas pelo revisor oficial de contas, que atestam efetivamente a sua qualidade.---

Sobre a contratação de amigos aconselhou-lhe algum recato, pois a coligação PSD/CDS já fez mais de duzentas nomeações no curto espaço de tempo em que foi aprovado o seu programa de governo, para satisfazer os apetites dos *boys* do PSD e do CDS.-----

--- Continuando os pedidos de esclarecimento o **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP**, gostaria de saber se a Senhora Vereadora Madalena Nunes, irá cumprir com a promessa que fez plena campanha eleitoral de 2017, na Rua da Carreira, de que os jovens da cidade do Funchal iriam ter um Programa de Arrendamento Jovem. E se é verdade, ou não, que o Senhor Professor Paulo Cafôfo determinou em plena campanha eleitoral em 2017, que iria apoiar os jovens da cidade do Funchal com programas de arrendamento jovem.-----

- **INTERPELAÇÃO À MESA:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas, do GMC,**

perguntou à Mesa se é possível fazer-se um pedido de esclarecimento a quem não interveio? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que no limite do rigor todas as perguntas são feitas ao Senhor Presidente da Câmara, e aquele depois passa a palavra. -

--- **O Senhor Presidente da Câmara** também disse que de facto o pedido de esclarecimento tem que ser para quem prestou as declarações, que naquele caso foi o próprio. -----

Em termos de Habitação, o que está previsto naquele Orçamento é:-----

- Recuperação dos edifícios do Canto do Muro, como já referiu, no valor de seiscentos mil euros. -----

- Renovação da Quinta Falcão, que no momento está em curso, no valor de um virgula oito milhões de euros. -----

- No antigo Bairro da Penha de França está ainda a decorrer a remoção das casas com amianto, no valor de cento e cinco mil euros. -----

- Em linha com o que foi previsto e plasmado na Estratégia Local de Habitação que ali votaram, já foi feito o levantamento topográfico para a implantação do novo projeto de habitação na zona da *Prebel*. -----

--- Dando continuidade aos pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, do GMC**, que expôs o seguinte: “Já sabíamos que as Eleições Legislativas Regionais teriam um impacto direto nesta Assembleia Municipal, e isso hoje está muito claro. O PSD e o CDS são como se fosse “unha e carne” de uma mesma mão que tudo agarra para si, não olhando a meios para cumprir os seus anseios partidários. Para o PSD e o CDS o ponto de partida é chumbar o Orçamento e depois então lá se tentam arranjar algumas justificações. Mas, quando

endividaram a Câmara Municipal, até ao ponto de se ter que recorrer a planos de resgate para pagar dívida corrente, quando faziam contratos Swap que deram os prejuízos que toda a gente sabe, quando não pagavam a tempo e horas, porque não faziam uma boa gestão financeira, estava tudo bem. Agora, que se faz uma gestão rigorosa nas finanças da Câmara que fez com que se resolvesse o sobre-endividamento, que se resolveram os prazos de pagamentos e que nisto tudo se criaram programas importantes na área social, que antes não existiam, que se investe na cidade do Funchal, apesar do Governo Regional, desde 2013, se recusar a efetuar contratos programa com a Câmara, o que revela muito bem a postura democrática do PSD e CDS, imagine-se até se fosse esta a postura da Câmara Municipal para com as Juntas de Freguesia do PSD. E isto não é nenhuma ameaça, é só uma constatação. Gostaria que se colocassem nesta situação em que vissem a Câmara a executar programas com as Juntas de Freguesia da Coligação Confiança, e recusava fazer com as do PSD, o que seria a vossa ação? Mas agora que se fez tudo isto, “contraventos e marés”, diga-se PSD/CDS, vêm dizer que vão votar contra. -----

A oposição de uma maioria relativa é mais difícil e responsável do que uma oposição de uma maioria absoluta. Na maioria absoluta podemos votar contra a vontade, arranjar todas as desculpas e mais algumas, que as consequências desse voto não são de certa forma vinculativos, na medida em que o que é proposto, acaba na mesma por ser aprovado. Mas a verdade é que hoje temos um Município que perante os desafios tem conseguido avançar e criar melhores condições para quem cá vive, visita ou trabalha. Para isso basta observar os vários prémios que a cidade tem vindo a ganhar. -----

Enfim, nós apostamos nas pessoas e é por isso que acredito que devemos votar a favor estes documentos, ou pelo menos, permitir a sua viabilização. Inviabilizar é virar as costas ao Funchal, colocando os interesses partidários à frente do interesse coletivo. Chumbar estes documentos é, acima de tudo, mau para a cidade do Funchal. Chumbar este



Orçamento é também dizer que não se concorda com as suas medidas, que não se concorda com o seu investimento, que não se concorda, por exemplo, com a delegação de competências às Juntas de Freguesia que este Orçamento contempla. -----

Gostaria mesmo de saber qual é a opinião dos Presidentes e representantes das Juntas de Freguesia do PSD. Se vão votar contra e porque é que vão votar contra. -----

Senhor Presidente, sabe certamente a importância destes contratos para as Juntas de Freguesia e tem a noção das iniciativas que estas fazem, por terem a possibilidade de estabelecer acordos, e acredito até que na maioria dos casos, as pessoas nem sabem que é por esta delegação e pelo financiamento que a Câmara faz, que estas iniciativas são feitas. -----

Dizia o Governo Regional que não faz acordos com a Câmara para que esta não cumprimente com “chapéu alheio”, na semana passada até na bancada do PSD, mais especificamente o Senhor Deputado Municipal Bruno Melim, disse num aparte que concordava perfeitamente com estas palavras do Governo Regional. -----

Senhor Presidente, estas atitudes são certamente difíceis de assistir e não deixam ninguém indiferente. -----

Aos restantes Deputados Municipais que já anunciaram o seu voto contra, dizer-vos que ao contrário de vós, nós não vamos abandonar a cidade do Funchal por dividendos partidários. Honrar o nosso mandato é atuar com responsabilidade, colocando sempre o interesse coletivo em primeiro lugar. -----

Aos Senhores Deputados Municipais do PSD e do CDS que viraram as costas ao Funchal para pensar apenas nos interesses dos vossos partidos, e que aqui formam uma coligação negativa, o que se passa hoje nesta Assembleia Municipal e a forma como o Governo Regional vos manipula para que apliquem este garrote, e assistam impávidos e serenos ao regime de força ditatorial que querem aplicar ao Funchal e a outras Câmara não afetas ao

PSD e CDS, que fique muito bem claro que nós não vamos abandonar o Funchal e iremos lutar com todas as forças contra este regime do quer, posso e mando, que desrespeita as instituições eleitas muito para além do aceitável.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente,** questionou o Senhor Presidente da Câmara: -----

“- Se ainda se lembra como foram tratadas as famílias do Bairro da Penha de França onde foram escorraçadas, e atiradas num negócio mal feito onde lhes pediam para assinar papéis, para não falarem com os partidos políticos e para não falarem com a comunicação social, senão todo o processo seria atrasado. -----

- Se vai continuar com as políticas de entregar apartamentos T2 a uma só pessoa.” -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** escusou-se a responder por achar que não há nenhuma questão implícita e porque aquilo que foi referido não corresponder à realidade.

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** intervindo disse: “Ouvi com atenção todas as intervenções que me antecederam com especial relevo a do Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues. Tenho que dizer que este Senhor Deputado Municipal está mais preocupado com a possibilidade do chumbo do Orçamento da Câmara para 2020, do que o próprio Presidente da Câmara, Miguel Gouveia. Porque ao olhar para o semblante do Senhor Presidente da Câmara, Miguel Gouveia, não está minimamente preocupado com a possibilidade desse chumbo, aliás se estivesse tinha tido outra postura, uma postura mais humilde junto dos partidos da oposição para tentar que este Orçamento fosse viabilizado. -----

Quando foi a reunião de preparação para o Orçamento em que o PTP foi auscultado, aquilo que pude ouvir de V. Exa foi já um discurso derrotista: *bom o CDS não está disposto a viabilizar o orçamento, agora existe uma coligação com o PSD, e basicamente nós vamos governar ou por duodécimos ou com o orçamento do ano anterior.* Foi esta a postura do



Senhor Presidente, Miguel Gouveia, não teve qualquer intenção de negociar ou de ouvir os partidos no sentido de chegarmos a um acordo para que este Orçamento fosse viabilizado. Portanto, Senhor Presidente, foi uma pura arrogância da sua parte, não querer incutir aquelas que são as ideias dos partidos aqui representados, refletidas no Orçamento para 2020, e assim ser viabilizado. -----

A preocupação que eu vejo em V. Exa e no seu Executivo, é se este novo PS, que irá ser liderado pelo Senhor Paulo Cafôfo, o irá colocar para as próximas eleições autárquicas em cabeça de lista. Não é o bem-estar da cidade, porque se fosse essa a vossa preocupação, tinham negociado, tinham ouvido os partidos da oposição e tinha havido humildade, coisa que não existiu. -----

Também quero dizer que este Orçamento é uma oportunidade perdida, porque o Senhor Presidente Miguel Gouveia, chegou aqui e tinha a possibilidade de fazer diferente daquilo que tinha sido feito pelo Senhor Presidente Paulo Cafôfo, de se ter visto livre das “pulgas e das carraças” que ele aqui colocou a mando de quem nós bem sabemos que está no Largo dos Varadouros. Quem hoje manda no Partido Socialista, quem hoje manda na Câmara Municipal do Funchal é o dono do Largo dos Varadouros, e quando o Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues disse que a oposição era marioneta, era irresponsável, que não valia nada e era contra os funchalenses, eu pergunto se um partido que recebe ordens de um grupo económico, que recebe ordens do Largo dos Varadouros, é digno da confiança dos madeirenses e porto-santenses, digno da confiança dos partidos democráticos e vanguardistas que estão hoje aqui representados na Câmara Municipal do Funchal. -----

Temos também uma Câmara que enche páginas de jornais, mas nós bem sabemos que na política não existem almoços grátis, essa boa propaganda que hoje a Câmara do Funchal tem na imprensa custa caro aos munícipes do Funchal. Essa foi uma das preocupações que eu levantei na reunião que eu tive com o Senhor Presidente da Câmara aquando da

discussão deste Orçamento, e não vi qualquer intenção da sua parte em alterar essa situação, porque de facto as boas notícias que um autarca vá ter na imprensa deve de ser o reflexo do seu bom trabalho em prol da população, e não o reflexo da propaganda institucional paga para comprar notícias a metro. -----

Vi também outra questão que eu acho que é escandalosa, que é as associações que são financiadas pela Câmara Municipal do Funchal, associações estas que no rol que eu tive oportunidade de consultar, muitas delas não têm qualquer benefício social para o bem-estar público, aliás apenas servem para criar uma nomenclatura de apoio, tachos e empregos a pessoas afetas ao Partido Socialista, tal como fazia o Partido Social Democrata. -----

Falava aqui o Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues que se fosse o PSD que estivesse cá, também não aceitaria as propostas da oposição, mas muito bem, então o Partido Socialista não vinha com uma missão de fazer diferente? Não vinha com uma noção de democracia, de diálogo, de responsabilização dos dinheiros públicos? Mas pelos vistos querem ser uma cópia reles do Partido Social Democrata. Infelizmente os madeirenses e porto-santenses ainda não se aperceberam disso, mas terão quatro anos para perceber o quão mau foi votar no Partido Socialista que vende ilusões à população, que não tem solução para a resolução dos problemas, seja da cidade, seja da Região e isso está há vista porque não vejo nada de palpável em prol das pessoas, vejo é políticas de fachada.

Enquanto estava aqui a ouvir os meus colegas, recebi uma mensagem de uma munícipe que me alertou, exatamente, para aquilo que eu estou a dizer. Esta munícipe disse que teve direito ao Apoio à Natalidade e à Família, e ao se deslocar à Câmara Municipal para receber apoio no que diz respeito à comparticipação de despesas com a alimentação, foi-lhe negado, porque a Senhora não tem bebés, tem é dois jovens de 13 e 15 anos, e as faturas só poderiam ser revertidas para fraldas e papas. Portanto, são criadas uma série de regras burocráticas que só servem de facto para enganar as pessoas, porque as pessoas quando



vêm à Câmara Municipal do Funchal recorrer à ajuda que precisam e que supostamente tinham direito, isso é-lhes negado.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António José Gouveia Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, do GMC**, por considerar um assunto bastante importante, referiu-se à Educação, que é contemplada naquele Orçamento em mais 27% do que o Orçamento anterior. Assim, há um apoio para cerca cinco mil alunos, em manuais escolares, num valor de mais de quinhentos mil euros. Para as bolsas de estudos, existe um milhão de euros, para as cerca de mil e seiscentas candidaturas. Sobre este assunto, aproveitou para esclarecer o Senhor Deputado Municipal André Alves, que o regulamento não contempla os cursos técnicos. -----

Sobre o que disse o Senhor Deputado Municipal Bruno Macedo, do que eram outros tempos, reforçou que realmente são outros tempos para não fazer garrote político àquela Câmara, para o Senhor Presidente Miguel Albuquerque não fazer pressão nas Câmaras que são da oposição e para haver diálogo que não há. -----

Terminou, dizendo que o que vê é a supremacia do PSD que não verifica que aquela Assembleia é autónoma, que a Câmara Municipal é autónoma e que não têm nada a ver com o Governo Regional. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, observou: “Agora que caminhamos para o final deste Orçamento, eu diria que estamos perante um documento que é especialmente simbólico, na medida em que representa bem, o estado a que o Partido Socialista deixou chegar a Câmara do Funchal. Eu julgo que é importante relembrar todo o caminho que percorremos para chegar a este impasse. É esta Câmara que desde 2017 ignora e mantém guardadas na gaveta, várias recomendações aprovadas por esta Assembleia de vários partidos, alguns deles até da própria Coligação que suporta o Executivo. Aí a Assembleia não era importante. É esta Câmara que continua a recusar

auditoria, também aprovada por esta Assembleia, há Empresa Municipal Frente MarFunchal. Aí os Deputados Municipais não interessavam. Foi esta Câmara que pela primeira vez na história do Funchal, teve as suas contas reprovadas pela maioria dos Deputados desta Assembleia. Na altura, dizia o Senhor Presidente da Câmara, que isso era uma formalidade, que não tinha nada de relevante e agora chegamos ao Orçamento e de repente a Assembleia Municipal passou a ser importante, e os Deputados Municipais parece que têm o destino da cidade nas mãos. Mas, imagine-se, que em vez de vir ao encontro dos Deputados Municipais, em vez de tentar acolher aquelas que são as suas propostas, optou o Partido Socialista, por uma tática de pressão ao longo das várias semanas que antecederam este Orçamento, para alterar o sentido de voto destes Deputados Municipais. Foram suplementos, notícias de diário e, se calhar num ato de desespero, o Senhor Presidente por várias vezes dirigiu suspeitas que em certos casos roçaram o insulto. Eu não me recordo de ver uma discussão de Orçamento com tantos pedidos de defesa da honra por parte dos Deputados da oposição, e isso não é por acaso, porque a história que o Senhor Presidente tentou vender à cidade, é que este era o maior e melhor Orçamento de sempre, que até tinham incluído quase todas as propostas do PSD. E para isso, apresenta-nos dois argumentos: imagine-se que o Senhor Presidente para defender aquele que era o melhor Orçamento de sempre da Câmara, sentiu a necessidade de recuar ao ano de 2011 para falar do Orçamento do PSD, portanto o Orçamento é tão bom que o Senhor Presidente nem quer falar dele, quer falar do Orçamento do PSD. Portanto, Senhor Presidente eu vou lhe fazer a vontade, vamos falar do Orçamento de 2011, é que esse era tão mau, fazia tão mal à cidade que, imagine-se, qual foi o sentido de voto do PS? Abstiveram-se. Era tão mau que nem sequer mereceu o voto contra. Mas dizia, também, o Senhor Presidente da Câmara, que era um orçamento despesista, desequilibrado, que só previa aumento da espessa, aumento do endividamento, e eu fui



buscar as palavras do então Vereador Rui Caetano que nos diz o seguinte: *quero louvar e reconhecer o esforço da Câmara em reduzir ao máximo as despesas no valor de 12 milhões de euros*. Senhor Presidente, é o próprio Partido Socialista que reconhece em 2011, que afinal o orçamento não era assim tão mau, mas sabe, Senhor Presidente, qual é a maior diferença entre o orçamento de 2011 e o de 2020? É que o de 2011 foi aprovado e este caminho a passos largos para ser chumbado. -----

Senhor Presidente, voltando às capas de diário, eu tenho que lhe fazer uma pergunta, o Senhor anunciou à cidade, a 21 de novembro, que o Funchal teria o maior Orçamento da década e passados alguns dias, vem o *Diário de Notícias* dizer-nos que o maior Orçamento da década equilibrado com projetos e investimentos, é falso. E eu pergunto-lhe, quem é que mentiu, foi a Câmara ou foi o *Diário de Notícias*? Porque, Senhor Presidente, é muito grave gastar dinheiro dos contribuintes para passar uma mentira e para lhes passar a perna. Era bom que esclarecesse.-----

Mas já que falamos do melhor Orçamento de sempre, Senhor Presidente, eu digo-lhe: o melhor Orçamento de sempre teria devolvido todo o IRS às famílias, o melhor Orçamento de sempre teria tido um apoio para o arrendamento dos casais mais jovens, o melhor Orçamento de sempre certamente que não propunha o aumento de impostos às empresas que têm sede no Funchal, o melhor Orçamento de sempre teria um apoio de serviço domiciliário aos mais idosos que vivem no Funchal, o melhor Orçamento de sempre não esconderia aquilo que se passa na Empresa Municipal Frente MarFunchal. E foi esse Orçamento que nós propusemos, mas, infelizmente, não é esse Orçamento que estamos hoje aqui a votar. -----

E já que falamos do sentido de voto noutros orçamentos, eu pergunto aos Senhores Deputados Municipais da Confiança, se quando V. Exas chumbaram o Orçamento da Junta de Freguesia de Santo António, fizeram-no contra as famílias de Santo António? -----

Quando quiseram impedir nesta Câmara, o financiamento à Junta de Freguesia do Monte, fizeram-no contra as famílias do Monte? -----

Pois é, são dois pesos e duas medidas.-----

Por isso, o Senhor Presidente e a Coligação que o suporta, foram eleitos à esquerda e agora querem aprovar orçamentos à direita. Foi precisamente para isto que nós fomos eleitos, foi para impedir que orçamentos como este, alguma vez vejam a luz do dia e no que de nós depender, este Orçamento será certamente chumbado.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** transmitiu: “A posição do CDS em relação ao Orçamento de 2020 é simples e tem por base o facto do Partido Socialista não ter respeitado nenhum dos compromissos que assumiu com o CDS, por troca do voto favorável do CDS nos anteriores orçamentos: -----

Primeiro, propostas já incluídas de iniciativa do CDS no orçamento de 2019 e não concretizadas por este Executivo. -----

Segundo, elaboração e concretização do Cartão Comércio Tradicional, reforço do Gabinete das Zonas Altas do Funchal e da regularização das casas de génese ilegal, cumprimento das deliberações já aprovadas em reunião da Câmara Municipal do Funchal. -----

Terceiro, criação, regulamentação e aplicação do Cartão Eco Funchal. -----

Quarto, reforço das verbas do investimento da regularização e modificação, face às alterações legislativas dos parques infantis da cidade do Funchal. -----

Nenhuma destas propostas do CDS foram acolhidas pela vereação da Coligação Confiança.-----

Propostas mediadas pelo CDS que não foram aplicadas por esta Câmara: a aplicação da tarifa social da água por força da alteração do regulamento dos serviços de abastecimento de água, e do regulamento geral das taxas, outras receitas e licenças municipais, regulamentação do Conselho Municipal Consultivo para o Comércio e Serviços e por último,



o caderno fiscal do CDS, a devolução de 4% do valor do IRS aos municípios, significando um aumento de 0,5% face ao valor de 2019 e face ao aumento da receita global e dos valores em caixa transitados, que permite a respetiva folga financeira. -----

Como se vê o Orçamento do CDS seria muito mais amigo das famílias, das empresas, do investimento e da qualidade de vida dos funchalenses.-----

O do PS é todo ao contrário disso, por isso o CDS irá votar contra o Orçamento da Câmara Municipal do Funchal para o ano de 2020.”-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia por indicação do Senhor Presidente da Câmara, deu a palavra à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, que esclareceu o seguinte:-----

- **Ao Senhor Deputado Municipal Bruno Melim**, respondeu que foram nove, as candidaturas do PRESREVA em 2019, e custaram mil duzentos e quarenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos. -----

- **Ao Senhor Deputado Municipal André Alves**, esclareceu que as “bolsas a pataco”, como foram apelidadas e defendidas pelo PSD as bolsas de estudo, são para licenciaturas e não para cursos técnicos. -----

- **À Senhora Deputada Municipal Raquel Coelho**, elucidou que o que está previsto no Regulamento de Apoio à Natalidade e à Família é que o mesmo só apoia crianças até aos três anos de idade. Quem não tem crianças até essa idade é apoiada de outra maneira, porque os regulamentos são para cumprir com transparência. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** começou por se dirigir ao: “**Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques**, que referiu que não se lembra de ver um discurso do Orçamento onde tenha existido tantas defesas da honra, eu de facto não me lembro de ter assistido a um debate do Orçamento onde as questões orçamentais não foram minimamente abordadas, nenhuma questão orçamental foi referida e eu só posso tomar

isto como um elogio ao documento, que é de facto um documento tecnicamente de um valor superior e nesse sentido não poderia deixar passar em claro a oportunidade de congratular todo o Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, pelo trabalho que teve na elaboração deste Orçamento, onde de facto nenhuma questão financeira foi levantada, estão todos de parabéns porque de facto é a prova provada de que o documento é efetivamente um excelente documento.-----

Sobre as outras questões que foram aqui colocadas, referiu que queria que se devolvesse todo o IRS às famílias, mas esse documento que é de 2011, é um documento que contém contratos de programa, de 6 milhões e meio de euros, que o seu Governo agora proíbe com o Funchal, porque com a Ribeira Brava foi bem recentemente criado um contrato programa. Ora o Orçamento de 2011 tem 5% de IRS sobre as famílias, tudo aquilo que a Câmara do PSD tinha direito foi buscar às famílias em 2011. Mas não se ficou por aí, inscreveu ainda os 5 milhões de euros que estavam em dívida, e continuam em dívida, e que hoje em dia a mesma pessoa que fez esse orçamento recusa-se a transferi-lo para os cofres da Câmara Municipal do Funchal, portanto Senhor Deputado, se calhar saiu-lhe o “tiro pela culatra” estar a falar do Orçamento de 2011, onde o PS até absteve-se, já na altura, relevando o superior interesse da cidade não sabendo que menos de um ano depois estaria esta Câmara, de mão estendida à República para o terceiro resgate em menos de três anos, aquele que se designa pelo PAEL que a Câmara subscreveu para pagar, aí sim, dívida comercial no montante de 29 milhões de euros. Senhor Deputado penso que em matéria de contas certas e de transparência este documento é, sem margem para dúvidas, o melhor documento que alguma vez foi apresentado a esta Casa.-----

Portanto, votar contra este documento acaba por sair sempre em prejuízo daqueles que mais beneficiariam deles.-----

E aproveito para responder à **Senhora Deputada Municipal Raquel Coelho**, dizendo que

não subscrevo a linguagem que utilizou, porque independentemente de termos divergências do foro que for, julgo que temos todos que pautar o nosso comportamento com elevação e não me parece que isso sejam palavras que se devam dizer a ninguém. De qualquer das formas, Senhora Deputada, que eu não me recusei a negociar, eu reuni com todas as forças políticas representadas nesta Casa, tivemos mais do que uma hora à conversa e solicitei a todos que me entregassem, em tempo útil, propostas para incluir no Orçamento. A Senhora Deputada não me fez chegar qualquer proposta, no entanto eu deixei-lhe uma garantia que este documento ia efetivamente ter um cunho mais à esquerda que era aquilo que pedia, e de facto teve. Se se recordar daquilo que votamos há uma semana atrás, onde votamos contra uma DERRAMA, obviamente a Senhora Deputada votou a favor e outras forças políticas que tem no seu concelho que optaram por o inviabilizar aqui neste, também aí denunciando que não há uma matriz ideológica subjacente, há sim uma tentativa de obstaculização do trabalho desta Câmara. -----

A Senhora Deputada ficou preocupada com o meu semblante, não sei se pretendia que eu tivesse aqui um semblante derrubado, a chorar, a carpir mágoas, Senhora Deputada não sei se lhe estou a dar uma novidade, mas desde que este Executivo aqui chegou nunca teve a vida fácil. Encontramos uma Câmara endividada com mais de 100 milhões de euros, com montes de problemas uns atrás dos outros que ainda hoje estamos a pagar, problemas na área de reabilitação urbana, problemas na área do ordenamento do território, espaços sem licença, com sentenças judiciais a caírem às catadupas para nós respondermos pela má gestão do PSD, com fornecedores a nos pedirem juros de mora e pagamento de faturas, com execuções fiscais. Portanto, acha que a vida que nos trouxe até aqui tem sido fácil? Não tem. Já estamos habituados às dificuldades, estamos habituados também a conseguir superá-las e quero deixar aqui uma garantia a todos os funchalenses, este Orçamento pode não passar, a cidade pode eventualmente ficar refém de uma Coligação negativa aqui na

Assembleia Municipal, mas uma coisa é garantida, o Funchal vai continuar a prosperar, não com o PSD e o CDS, mas apesar do PSD e do CDS tentarem obstaculizar cada passo daquilo que esta Câmara está a fazer. -----

Portanto, Senhora Deputada, para concluir, referiu que algumas das decisões deste Município custa caro aos funchalenses. O que custará caro aos funchalenses é a irresponsabilidade e temos nós a obrigação de mostrar responsabilidade, equilíbrio das contas e de mostrar acima de tudo elevação. A cidade não vai parar.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, refutou:

“Depois desta intervenção do Senhor Presidente da Câmara, eu sinto-me na obrigação de relembrar ao Senhor Presidente e a quem nos ouve lá em casa, que o PSD sozinho não chumba orçamentos. Agora, Senhor Presidente, não nos peça para aprovar um documento que não reflete aquelas que são as nossas ideias, não nos peça para aprovar um documento que não reflete aqueles que são os nossos projetos. -----

E a pergunta que todos fazem lá em casa e que todos se colocam nesta Assembleia é simples: onde é que está a sua Coligação? Onde é que estão os Deputados da Confiança? É por isso, que o único irresponsável na hora de aprovar este Orçamento foi aquele que implodiu a Coligação permitindo que V. Exa chegasse a onde está.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Oito - Proposta de Orçamento - 2020, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09** à votação, sendo **reprovado** com vinte e quatro votos contra, sendo dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Independente, um voto do JPP e dezanove votos a favor do GMC. -----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas, do GMC**, declarou: “Este voto a favor deste Orçamento é um voto pelo Município, pela cidade, pela

vontade expressa das pessoas que todos e todas nós estamos aqui a representar. -----

É um voto que possibilita às Juntas de Freguesia a continuação do seu trabalho. -----

É um voto democrático que respeita os resultados eleitorais que elegeu a Coligação Confiança, para formar um Executivo municipal com uma expressiva maioria. -----

Votar contra este Orçamento, como votou o PSD, é eleger como alvo as pessoas que votaram livremente noutro programa que não o programa do PSD. -----

É um voto mandatado, superiormente decidido e que faz parte de uma estratégia muito evidente de aplicar um garrote financeiro à cidade numa tentativa de paralisá-la. -----

Votar contra este Orçamento, como votou o CDS, é ser incongruente já que justificou a sua Coligação com o PSD para constituição do Governo Regional, como uma questão de responsabilidade para com o voto da população, viabilizando esse acordo uma maioria absoluta. -----

Essa mesma responsabilidade não foi demonstrada hoje aqui, quando se vota contra um Orçamento que traduz orientação política que uma maioria de pessoas, muito expressiva, quis para a sua autarquia, uma maioria muito mais expressiva do que a que admitiu o Governo Regional.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS-PP,** declarou: “A responsabilidade política deste Orçamento compete ao Executivo camarário e compete aos seus parceiros de coligação. Os parceiros de coligação teriam número político para viabilizar o Orçamento municipal, e se hoje em dia as famílias do Funchal recebem 1,2 milhões de euros do IRS, deve-se à proposta do CDS. Se as famílias hoje em dia recebem o IMI Familiar mais barato, foi sobre proposta do CDS. Se hoje em dia a DERRAMA não foi aplicada três vezes mais ao valor que V. Exas pretendiam, deve-se a toda uma coligação que votou contra esse aumento nesta Casa. Se hoje em dia os funchalenses não beneficiam ainda de descontos na fatura da água, é porque a Confiança

está há ano e meio para fazer o Regulamento do Cartão Eco Funchal, que foi uma proposta do CDS, aprovada por unanimidade. Se as chamadas casas clandestinas não estão ainda legalizadas, é porque a Confiança está há ano e meio para fazer o Regulamento de uma proposta do CDS. -----

Por isso mesmo fundamentamos este voto contra este Orçamento para 2020, apresentado pelo Executivo municipal.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, do PPD/PSD**, declarou:

“Senhor Presidente o que se passou aqui hoje é digno de registo, todos os partidos da oposição votaram contra este Orçamento da Câmara, não foi só o PSD, não foi só o CDS. E isto, Senhor Presidente, deveria ser motivo de reflexão para quem apresentou o Orçamento. Deveria ser motivo de reflexão para quem continua a dizer que este é o melhor Orçamento de sempre, que este é o maior Orçamento de sempre, mas pelos vistos quem apresenta o Orçamento, quem é responsável pelo Orçamento dá tanta importância ao sentido de voto que até se ausentou da mesa, para não ouvir a declaração de voto dos partidos.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMC**, declarou:

“Votei a favor deste Orçamento porque queria que todos os funchalenses beneficiassem de um dos melhores orçamentos e mais justo, dos últimos anos. Infelizmente, o PSD e o CDS não deixaram. Quero que todos os funchalenses saibam que estão a ser altamente lesados com o chumbo deste Orçamento. -----

Repito, eles boicotam todas as iniciativas deste Executivo com um único objetivo: fazer com que o PS perca as eleições autárquicas. Isto é política baixa, irresponsável e vergonhosa deste PSD agora secundado, e bem, pelos seus amigos do CDS.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António José Gouveia Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, do GMC**, declarou: “Isto é uma demonstração clara por parte

do PSD, que é uma manipulação do Senhor Presidente do Governo Regional que fez com que, não só os Deputados do PSD votassem contra, como também arranhou uns tachinhos para o CDS. Enquanto o CDS arranjava as negociações com a Câmara estava tudo bem, o programa era do CDS, agora este Orçamento já não é do CDS. Senhor Deputado este Orçamento é melhor do que o do ano anterior, quantas propostas você disse que eram suas? Muitas. Hoje são melhores e você diz que não. -----

Quanto aos Senhores Presidentes de Junta, é vergonhoso este não, porque realmente são cento e tal mil euros, que as Juntas da oposição como todas as outras Juntas vão receber. Em relação a alguns Deputados do lado da esquerda, isto é uma demonstração clara que não estão a favor das pessoas, estão a favor, provavelmente, de alguma negociata.”-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU,** declarou: “Em relação a este que foi o sentido de voto da CDU e não fazendo qualquer tipo de comentários e observações que foram aqui feitas, em relação àquilo que poderia ter sido, na opinião de alguns senhores Deputados a justificação como, por exemplo, de alguns tachinhos ou algumas coisas deste género, vê-se perfeitamente que quem usou da palavra anteriormente, não só não conhece os Deputados Municipais da CDU, como também deve estar um pouco baralhado com aquilo que é o sentido de voto que aqui nós expressamos, e no decorrer da argumentação e dos pedidos de esclarecimento que nós aqui colocamos, acho que ficou claro. -----

Em relação a este Orçamento, não é nosso, tínhamos e havia a oportunidade neste, que seria o maior Orçamento que a Câmara aqui traz, apesar das várias discordâncias que aqui foram trazidas, mas no caso concreto da habitação, haver aqui uma aposta concreta para poder fazer com que este défice que existe na habitação, pudesse finalmente ter sido eliminado. Não foi isso que aconteceu e o ónus do chumbo deste Orçamento fica, não deste lado, porque se há quem diga nós somos 17, nós somos 19, nós somos 1 Deputado e tinha

havido a oportunidade do outro lado de fazer com que este sentido de voto tivesse sido diferente.-----

Em relação às últimas considerações ficam tão mal que nem merecem mais nenhum comentário.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel da Conceição Vieira Coelho, do PTP,** declarou: “Em relação ao sentido de voto do PTP e àquilo que se passou hoje ao longo da discussão deste Orçamento, eu tenho que dizer que este é o resultado de se fazer política não por ideal, não por convicção, mas por mercantilismo político. O espetáculo degradante que nós temos vindo a assistir ao longo destas últimas sessões municipais, é o resultado do Partido Socialista ter aberto aquilo que há de pior na política. Quando o Partido Socialista em 2013 quis defenestrar três Vereadores eleitos da Coligação Mudança, entregou-se, vendeu-se, pôs-se nas mãos do CDS, mas esqueceu-se que na política do CDS quem dá mais é que vinga e desta vez o PSD ganhou, porque consegue dar mais ao CDS. E é bom que o Partido Socialista aprenda a lição que fazer a política do, compra e do vende-se, tem custos caros para a cidade e para este Executivo.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Orlando Manuel Henriques Fernandes, do JPP,** declarou: “Senhor Presidente a minha declaração de voto e o meu voto tem a ver com aquilo que efetivamente tinham sido as minhas propostas e as propostas do JPP, não se viram plasmadas no Orçamento. Por outro lado, continuo a lamentar algum sorriso do nosso Presidente que efetivamente não lhe fica bem, e tivemos a oportunidade de falar sobre essas coisas e este foi o nosso sentido de voto.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Bruno Miguel Velosa F. P. Macedo, do PPD/PSD,** declarou: “Quero reforçar o seguinte: o PSD ao contrário de outros partidos, lê os documentos que são apresentados nas referidas Assembleias, há outros partidos que aqui dentro dez minutos depois de ter sido apresentado um programa de governo já estavam a

chumbá-lo na comunicação social, mas o PSD não faz isso. -----

Folgamos ver a obsessão que existe nesta Câmara pelo PSD, 17 Deputados Municipais em 43, fazem toda a diferença. Mais, é inaceitável que alguns Presidentes de Junta continuem a apontar o dedo a outros colegas Presidentes de Junta, como se isto fosse uma decisão fácil, mas o PSD é coerente com as suas posições, não é como o PS que não o faz.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, do CDS-PP**, declarou: “Eu vi necessidade de também fazer uma declaração de voto para esclarecer que este Orçamento foi chumbado por toda a oposição desta Casa, e nós CDS, seríamos palermas, como já fomos chamados, irresponsáveis, ignorantes, tachistas e garotos se o tivéssemos aprovado.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José António de Faria Castanha, substituto do Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do GMC**, declarou: “Quando vejo alguém dizer que os 17 Deputados Municipais do PSD é que fazem o trabalho da Casa, foi os que fizeram, talvez, o trabalho mais sujo nesta Assembleia juntamente com o CDS e o resto da oposição. -----

Eu gostava de dizer à Senhora Deputada Municipal Herlanda Amado, que o Partido Comunista é um partido das populações, é um partido que vai sempre ao encontro de desunir a imagem da Câmara e da Junta de Freguesia, quando se vê principalmente na Rampa do Castanheiro e na Rampa do Papagaio Verde, como é que vai resolver este problema e votou contra, é por isso que eu digo que o circo chegou ao Funchal. Estou preocupado Senhor Presidente da Câmara com esta reprovação sobre os investimentos e o plano para a freguesia de São Martinho.”-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, Independente**, declarou: “Senhor Presidente o voto contra teve toda a razão de ser, foram 6 partidos da

oposição que votaram contra, e não 2 como é dito aqui nesta Casa. Aqui temos que dar é a voz aos funchalenses. Senhor Presidente, demita-se e pergunte aos funchalenses se concordam com este Orçamento vergonhoso que nos apresenta nesta Casa.-----

Há sim Senhor, tachos e tachinhos, para quem se inscreve na Rua da Alfândega, há tachos e tachinhos para pessoas que estão aqui dentro.”-----

--- Por esta ocasião o Segundo Secretário da Mesa voltou a ocupar o seu lugar na mesma.

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** lembrou ao plenário que o **Ponto Nove - Opções do Plano - 2020, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09**, já foi apresentado, em simultâneo com o Orçamento, na última sessão, o que se subentendeu que à semelhança de outras ocasiões, seria votado em separado embora discutido de uma só vez. -----

- **INTERPELAÇÕES À MESA:** -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que aquela é a sétima discussão de Orçamento e sempre o discutiram em conjunto com o Plano, porque não se pode desassociar um do outro, mas com votação separada.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** comunicou: “Senhores Deputados, à semelhança de anos anteriores, que eu me recorde, não houve duplicação de tempos, exceto para a Câmara. Vou pôr isto à consideração da Assembleia, porque dadas as circunstâncias decorridas na Assembleia, há semana passada, eu não tive o cuidado de pôr isto muito claro quando o Senhor Presidente da Câmara pediu para apresentar simultaneamente o Orçamento e o Plano, porque a verdade é que a prática que se seguiu em 2017 e 2018 foi esta que o Senhor Presidente da Câmara está a fazer, mas a Assembleia é soberana e se há matéria que a Assembleia é soberana é nesta.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU**, manifestou: “Senhor Presidente, a partir do momento que na semana passada é colocada



à discussão os dois pontos em simultâneo, subentendesse que só vamos fazer a votação em separado, tanto assim que acabei por abordar quer um quer outro. Por isso, não acho que faça muito sentido colocar à Assembleia a deliberação se vamos agora ou não discutir o ponto 9, até porque em anos anteriores sempre foi assim.” -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas, do GMC,** reiterou: “Que isto não é uma novidade, portanto não se percebe as posições agora assumidas de grande admiração pelo facto de isto ter sido feito em conjunto.” -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do GMC,** recordou que na reunião de líderes, ficou assente que não iria haver um regimento especial para a discussão do Orçamento. -----

--- Depois de tudo ponderado, o Senhor Presidente da Assembleia, anunciou que a Mesa deliberou colocar o **Ponto Nove - Opções do Plano - 2020, de acordo com o disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09,** à votação tendo merecido a **aprovação por maioria** com dezanove votos a favor do GMC, dois votos contra, sendo um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP e vinte e duas abstenções, sendo dezassete do PPD/PSD, três do CDS-PP, uma do Deputado Independente e uma do JPP. -----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Maria Elisa Rosa de Albergaria Seixas, do GMC,** declarou: “Nós gostaríamos de reiterar a importância das Grandes Opções do Plano no âmbito daquilo que seria a aprovação do Orçamento, que não foi aprovado, mas registamos que o PSD e o CDS concordam com as Grandes Opções do Plano, só não concordam que haja dinheiro para o cumprir.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Dez - Documentos remetidos pela Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, referente à Fase 2 – Conceção do Procedimento**

Concursal para prestação de Serviços de Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados / Procedimento 04/CP/AMRAM/2018 DA AMRAM, de acordo com o disposto nas als. h), m), n) e o) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09, que comunicou: “Este ponto é para dar o cumprimento legal ao novo RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados. É um regulamento que tem sido adaptado aos Municípios por via da AMRAM – Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, que nos enviou os documentos desse trabalho que está a ser feito nos 11 Municípios em simultâneo, e que cada Assembleia tem que aprovar isoladamente.” -----

--- Não havendo intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto Dez - Documentos remetidos pela Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, referente à Fase 2 – Conceção do Procedimento Concursal para prestação de Serviços de Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados / Procedimento 04/CP/AMRAM/2018 DA AMRAM, de acordo com o disposto nas als. h), m), n) e o) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12/09, sendo aprovado por unanimidade** com quarenta e três votos a favor, sendo dezanove votos do GMC, dezassete votos do PPD/PSD, três votos do CDS-PP, um voto do PCP/PEV-CDU, um voto do PTP, um voto do Deputado Independente e um voto do JPP. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto Onze - Designação dos Júris de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédio de 2º e 3º Grau, de acordo com as als. a) b) e c) do art.º 6º e do art.º 10º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23/10**, que disse que aquele ponto, a exemplo de outros que ali têm sido trazidos, não carece de apresentação muito mais aprofundada. ----

--- Também não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o **Ponto Onze - Designação dos Júris de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédio de 2º e 3º Grau, de acordo com as als. a) b) e c) do art.º 6º e do art.º 10º do**

